

ANEXO VI
DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em atendimento ao disposto no inciso II do artigo 2º do Decreto nº 7.657, de 19 de janeiro de 2017, servimo-nos do presente para encaminhar as seguintes metas de atuação do Gabinete do Prefeito Municipal para o quadriênio 2018-2021, com vistas à elaboração do Plano Plurianual:

1. Coordenar a criação de cadastro unificado de entidades do Terceiro Setor do Município de Santos;
2. Realizar o encontro anual “As Prefeituras e o Terceiro Setor”, em conjunto com os demais Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, entidades sem fins lucrativos regionais e especialistas;
3. Coordenar o aprimoramento o sítio eletrônico destinado à divulgação de informações sobre parcerias da Administração Municipal com entidades do Terceiro Setor;
4. Coordenar o aperfeiçoamento dos mecanismos de atendimento institucional a órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público, no que compete ao Gabinete do Prefeito Municipal;
5. Intensificar o controle do envio das informações obrigatórias ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio da remessa de documentos ou do Sistema AUDESP;
6. Fomentar a realização de treinamentos direcionados aos gerenciadores de contratos ou instrumentos análogos para a correta utilização dos Sistemas SIGECON e AUDESP;
7. Coordenar a criação de instrumentos de acompanhamento das recomendações e apontados dos órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas e Ministério Público;
8. Contribuir para o aprimoramento do Sistema SIGECON, a fim de mantê-lo atualizado com todos os instrumentos firmados pelo Município, para gerenciamento das Secretarias Municipal e disponibilização no Portal da Transparência;
9. Fomentar processos de revisão, atualização, consolidação e compilação da legislação municipal;
10. Coordenar o aperfeiçoamento do sistema de pesquisa da legislação municipal no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santos;
11. Desenvolver manuais, cartilhas e guias práticos, direcionados ao aprimoramento dos processos de licitação, contratação direta e gestão de contratos;
12. Desenvolver manuais, cartilhas e guias práticos, direcionados ao aprimoramento dos processos de celebração de parcerias com entidades do Terceiro Setor e gestão de acordos de cooperação, termos de colaboração e termos de fomento;
13. Aprimorar os Programas “Mãe Santista” e “Nossa Família”;
14. Intensificar o apoio às entidades inscritas no Fundo Social de Solidariedade, nos realizados pelo Município, como Carnaval Solidário, Festa Inverno, Bazar da Solidariedade e Feira da Solidariedade;
15. Intensificar as campanhas de arrecadação de bens realizadas pelo Fundo Social de Solidariedade;
16. Expandir os cursos de qualificação profissional realizados pelo Fundo Social de Solidariedade, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo e entidades do terceiro setor.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Apresentação:

A Secretaria de Governo surgiu com a proposta de acompanhar os projetos estruturantes e fortalecer os investimentos no Município através do fomento a inovação e criatividade.

Desafios, deficiências e ausências:

Os grandes projetos, além de envolver diversas áreas da Administração, dependem da realização de uma série de etapas até saírem do papel. As fases são complexas e passam pela elaboração dos projetos, obtenção de recursos, licenças ambientais e por último o início das obras. A Entrada da Cidade, que vai garantir um novo acesso ao Município, é um dos exemplos dos projetos estruturantes que passaram por todas essas fases e que está se tornando de corredores de ônibus, da ponte do São Manoel até o Rádio Clube realidade. A Prefeitura estabeleceu parceria com o Estado e a União para desenvolvimento do projeto e execução das obras. As obras de responsabilidade da Prefeitura foram iniciadas e consistem na construção de 18 quilômetros e do Viaduto que liga a Martins Fontes até a Nossa Senhora de Fátima. O acompanhamento destas intervenções é permanente para garantir que as ações sejam executadas com o menor impacto no cotidiano e oferecer os benefícios de forma permanente. Outros empreendimentos como o Santos Novos Tempos, ampliação da Malha Ciclovária e implantação do CCO também terão atenção da Secretaria.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santos é de 0,840, superior à média do Brasil, que é de 0,755. A Cidade está na terceira posição no Estado e na sexta no Brasil. Fosse um país, o município estaria na 37ª posição no ranking mundial. Em pesquisa realizada pela Consultoria Delta & Finance/America Economia, Santos foi eleita a melhor grande cidade brasileira para se viver. Contudo, a cidade possui bairros em que o IDH é superior ao da Noruega, primeiro país do ranking mundial e bairros ranqueados 121 posições abaixo. E neste contexto, a utilização da inovação e da economia criativa como fatores sustentáveis de desenvolvimento urbano, econômico e social revela-se estratégica diante de seu potencial altamente inclusivo. Há estimativas de que 2,6% do PIB brasileiro em 2015, algo em torno de R\$ 155 bilhões, foi oriundo das atividades de economia criativa.

O Município de Santos se destaca claramente nas três características comumente atribuídas às cidades criativas: ativos culturais, conexões e inovação. Quanto aos ativos culturais, Santos possui 10 teatros, 25 salas de cinema, 10 museus, Orquestra Sinfônica, Escola de Bailado, mais de 40 festivais culturais ao ano e um riquíssimo patrimônio histórico com 1850 imóveis protegidos. Em relação às conexões, destaca-se a mobilidade urbana com os 11 km de VLT, 48 km de ciclovias, o projeto Bike Santos, destaca-se também o aspecto digital, com os 380 hotspots de wifi grátis, sendo que Santos foi a primeira cidade do país a ter 100% da frota de coletivos com wifi grátis em 2014, com destaque também para o convívio social em praças e praias, o convívio entre sociedade e ambiente acadêmico, já que temos cerca de 46.000 alunos no ensino superior, e o Porto, que desde que o Brasil se transformou em rota de imigrantes, foi a porta de entrada do país, conectando Santos ao mundo. Já no que se refere à inovação, Santos é vanguarda em várias áreas: no urbanismo, foi a cidade onde se implantou o primeiro planejamento urbanístico com os canais; na saúde, a primeira Santa Casa de Misericórdia; no esporte, a primeira prancha de surf adaptado e a primeira escola pública de surf; no turismo, Santos é a capital nacional dos cruzeiros marítimos; na cultura, é em Santos que acontece o festival de teatro mais antigo do país há 50 anos, o Festa; na política, Santos é a cidade do patriarca da independência José Bonifácio de Andrada e Silva.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

O patrimônio histórico preservado de Santos e todas as suas demais paisagens naturais transformam a cidade numa cidade cenário. Isto, aliado ao fato de que Santos é uma cidade cinema da Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO evidencia o potencial para o desenvolvimento da produção cinematográfica em Santos.

Incentivar a inovação tecnológica por meio da construção do núcleo do Parque Tecnológico, ampliando as possibilidades para empresas startups se instalarem na incubadora de empresas, criando um ecossistema de inovação, unindo o poder público, as empresas de tecnologia e as instituições de ensino e pesquisa. Ampliar a oferta de internet gratuita do Programa Santos Internet Grátis.

Demandas e Oportunidades:

Para as necessidades relacionadas aos projetos estratégicos, contamos com o apoio do Escritório de Projetos, que vai contribuir com a gestão das informações e na estruturação do processo para captação de recursos em âmbito Estadual, Federal e em Bancos de Fomento.

1. Fomentar a gestão de projetos e do conhecimento, por meio do Escritório de Gestão de Projetos, visando aprimorar a captação de recursos para a realização de obras
2. Ampliar a malha cicloviária (Martins Fontes e Nsa Sra Fátima), bem como possibilitar o acesso aos bairros Piratininga e São Manoel, nas obras da entrada da cidade, com novos corredores de ônibus
3. Retomar, ainda em 2017, as obras de macrodrenagem da Zona Noroeste
4. Integrar o CCO aos órgãos de fiscalização e segurança
5. Fortalecer a busca de financiamentos públicos
6. Criar equipes multidisciplinares vinculadas ao CCO, funcionando diuturnamente, com foco na segurança e posturas

A atração de investimentos para a cidade e a potencialização da economia serão canalizadas através da agência de fomento Investe Santos e de políticas públicas destinadas ao fomento da inovação e da economia criativa, que valorizam o abundante capital intelectual disponível em Santos.

A estruturação do Parque Tecnológico e a implantação do Escritório de Inovação Econômica vão permitir acompanhar e incentivar este segmento transformador e em crescimento

1. Apoiar a criação do Conselho da Cidade, para orientar, incentivar e formular políticas públicas e projetos de desenvolvimento estratégico para a cidade, no decorrer dos próximos 30 anos
2. Fomentar a atração de empresas para a implantação de PPP em Santos, com publicação de editais para estudos em diversas áreas de interesse (MIP)
3. Utilizar contrapartida social de empresas que atuam ou prestam serviços na cidade para o custeio de programas, reformas ou obras, com o respaldo de uma legislação transparente

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Apresentação:

A Secretaria Municipal de Finanças possui em suas principais atribuições auxiliar o Senhor Prefeito Municipal no cumprimento do programa de metas estabelecidas no Plano Plurianual de Governo para área de finanças do Município de Santos.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Cabe à SEFIN implantar e conduzir as políticas fiscais e financeiras do Município. Dentre as ações prioritárias estão as de elaborar e ou aprimorar planos, programas, projetos e legislação voltadas às finanças municipais, priorizando a racionalização e a modernização dos métodos de fiscalização e de arrecadação dos tributos municipais.

A SEFIN possui a competência de coordenar e acompanhar e elaboração das peças de planejamento orçamentário. Sendo estas o Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

O acompanhamento da execução orçamentária além da condução do processo de contabilização, estritamente relacionada às normas técnicas e legais que contribuem para o aperfeiçoamento do gasto público. A gestão orçamentária, contábil e financeira dos recursos públicos e a sua devida demonstração garantem a transparência, necessária à sociedade para fiscalização dos gastos públicos.

Ações relacionadas à fiscalização da correta aplicação do Código de Posturas Municipal, bem como às fiscalizações tributárias, estão entre as ações proeminentes da SEFIN. Estas ações estão diretamente relacionadas à consecução das metas sociais e econômicas do Município de Santos.

Desafios, deficiências e ausências:

A economia brasileira passa pela maior recessão econômica em 70 anos, o que provocou uma grave redução dos negócios, desemprego, empobrecimento familiar, falta de investimentos públicos e privados, falências empresariais, culminando com uma grande queda na arrecadação. Este quadro de crise econômica não passou despercebido da economia do Município de Santos. Impostos relacionados à atividade econômica (ICMS e ISSQN) tiveram quedas acentuadas nos últimos exercícios.

Em que pese no horizonte uma sinalização tímida para a retomada na economia a partir do ano de 2018 é inevitável a necessidade do alinhamento de um novo patamar de previsão das receitas municipais.

No que tange a realização das despesas municipais percebemos a necessidade de equacionamento nos gastos correntes. O processo de austeridade fiscal, iniciado em 2013 por meio dos Decretos Municipais números 6.306/2013, 6.307/2013, 6.308/2013, 7.169/2015, 7.447/2016 e 7.641/2017, deve conduzir todas as Secretarias no sentido de enxugar os gastos municipais, reconduzindo as contas públicas a patamares equânimes em relação à receita.

Demandas e Oportunidades:

A SEFIN dentro de suas competências originárias deve planejar programar e implantar, programas e ações com o objetivo de elevar a capacidade de arrecadação, per capita e absoluta do Município de Santos, objetivando um maior desenvolvimento econômico e social.

O incremento de receita sem aumento da carga tributária sobre o contribuinte é possível através de ações que abarquem a elevação da eficiência tributária, principalmente sob o aspecto da busca constante da modernização tecnológica e de procedimentos.

A inteligência fiscal, fundamental para administração tributária moderna e base para as fiscalizações, tem papel primordial na quantidade de empresas que se relacionam eletronicamente com o fisco municipal, permitindo controles mais efetivos e céleres. A Nota Fiscal Eletrônica é um instrumento catalisador neste processo. Atualmente, 70 % das empresas do município utilizam a NF-e. O aumento das empresas que se utilizam da Nota Fiscal Eletrônica deve ser uma das metas nas ações tributárias do município.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

A SEFIN ainda está aquém do ideal demandado pela sociedade no que diz respeito aos aspectos burocráticos no relacionamento com as Empresas. Sendo assim, as ações que levam à redução no tempo de abertura de empresas torna-se imprescindível para o aprimoramento desta relação. Não alheia ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, podemos perceber uma excelente oportunidade de fomentar este nicho econômico e gerador de renda e emprego, por meio do aperfeiçoamento e aumento do número de quantidade de parcerias firmadas com o SEBRAE. A SEFIN buscará ofertar cursos e capacitações utilizando-se do espaço da Sala do Empreendedor Santista. Esta ação será realizada em conjunto com a Secretaria de Assuntos Portuários Indústria e Comércio.

O servidor público municipal é um dos principais agentes na área da Secretaria de Finanças, sendo assim, consideramos primordial o seu aperfeiçoamento e formação constante. A oferta e manutenção de cursos e eventos de formação deve ser meta da Secretaria, na busca da eficiência e motivação do servidor.

A criação de uma unidade orçamentária autônoma é fundamental para a construção das peças Orçamentárias Legais, e dessa forma, concentrar os principais encargos do município permitindo a execução e controles mais eficientes dos recursos orçamentários.

Conclusão:

Como órgão arrecador, fiscalizador e controlador, a SEFIN deve cada vez mais se firmar como unidade preparada para fazer frente aos grandes desafios que a atual conjuntura econômica nos impõe, sabedores que, no bojo de suas ações está a promoção do desenvolvimento econômico do Município de Santos e qualidade de vida dos cidadãos de nossa cidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Apresentação:

A Secretaria Municipal de Gestão (SEGES) tem como finalidades principais gerenciar recursos públicos municipais de forma eficaz, eficiente e econômica, bem como dar condições e suporte às demais secretarias municipais para execução de suas atividades-fim, de modo a cumprirem seus papéis institucionais, com base na missão da Prefeitura, nas diretrizes e nos objetivos propostos no Plano de Governo para o quadriênio 2017—2020 e no Plano Diretor.

Entre as competências fundamentais da SEGES destacam-se a gestão de pessoas e a aplicação de processos relacionados à segurança e medicina do trabalho (DEGEPAT); desenvolvimento e aplicação de tecnologias de informação e comunicações (DETIC); operação e manutenção da frota interna, conservação predial do Paço Municipal, bem como o atendimento de munícipes e clientes internos no POUPATEMPO (DEAT); a realização de licitações, aquisição e distribuição de suprimentos (DELIS); e a execução de planos, projetos e programas existentes e em estudo (COGEM).

Desafios, deficiências e ausências:

A Secretaria de Gestão tem como desafios para os próximos quatro anos manter e aprimorar a formação permanente dos servidores municipais, potencializar o capital humano com excelência em gestão, aplicar e ampliar soluções inovadoras de desenvolvimento tecnológico, elaborar e definir objetivos estratégicos preconizados pelo Secretário de Gestão, aperfeiçoar procedimentos administrativos, promover melhorias em todos os departamentos e seções vinculados à Pasta, bem como dar continuidade e aprimorar planos, programas e projetos existentes e em andamento na Administração.

Demandas e oportunidades:

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Para o ano de 2017, a SEGES tem como metas reduzir a taxa de absenteísmo na administração municipal, por meio do Programa de Gestão de Afastamento por Licença Médica, dar continuidade as parcerias perante entidades do terceiro setor através do Programa de Publicização, diminuindo o tempo para análise dos requerimentos de qualificação das entidades, e incorporar o Plano Diretor de Tecnologia (PDTIC) ao PDTIC Regional, em desenvolvimento pela AGEM (Agência Metropolitana da Baixada Santista).

Ampliar o Programa Eficiência Coletiva com o contingenciamento de 5% das despesas de consumo de água, energia e telefone, e 10% em combustíveis nesta Secretaria, bem como, em um esforço ainda maior, reduzir em 50% a dispensa de materiais padronizados para as demais Secretarias, e expandir o Programa de Processos Digitais a fim de reduzir custos, promover maior celeridade na troca de informações internas e no atendimento à população, além de reduzir o impacto ambiental com a utilização de papel sulfite, prezando pela sustentabilidade.

Manter o tempo médio de espera e de atendimento em quatro minutos nos serviços da Prefeitura no Poupatempo e criar o Plano Anual de Capacitação de Servidores, também estão entre as metas para 2017 da Secretaria de Gestão.

A conclusão do Plano de Capacitação possibilitará, em 2018, a criação da Escola de Governo para ampliar a oferta de cursos e treinamentos para qualificação dos servidores municipais que, através de critérios de meritocracia, poderão participar do processo de seleção dos cargos de livre provimento, valorizando-os.

Aprimorar programas e projetos, como o Licita Santos, para fomentar a participação de empresas da cidade e da região em concorrências públicas, e o “Santos Digital – Internet Grátis”, para fornecer banda larga através de internet sem fio à população dos morros e proximidades, assim como fortalecer e centralizar o setor de compras públicas, com a instituição do “Banco de Preços”, e buscar parcerias com o intuito de obter recursos para investimento em projetos de infraestrutura de tecnologia da comunicação são metas contínuas e de médio prazo em busca de sua plenitude.

Em tempos de crise, além de contingenciar recursos, revisar a estrutura administrativa da Administração Municipal direta e indireta para melhorar a eficiência operacional e reduzir ainda mais os gastos públicos também é de fundamental importância.

Para 2019, estão previstas a integração do Centro de Controle Operacional (CCO), a introdução da Ecofrota para reduzir gradualmente a utilização de combustíveis fósseis nas frotas de ônibus e veículos municipais, assim como a promoção do inventário de emissão de gases de efeito estufa desses veículos para sua neutralização.

E até o fim deste Governo, temos como meta ampliar o projeto “Santos Conectado” para ligar todas as unidades da Prefeitura na rede de fibra ótica, a “Infovia Municipal”, e concluir a inserção de todos os procedimentos administrativos no Programa de Processos Digitais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Apresentação:

A Seduc (Secretaria Municipal de Educação) tem como principal objetivo assegurar a qualidade do ensino nas unidades da rede municipal e consolidar Santos como uma Cidade Educadora, cumprindo o que estabelece a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Ministério Público. O trabalho desta secretaria visa a formação de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos e deveres, com olhar crítico em relação a realidade social. Entre outras atribuições, promove a participação familiar, a cultura de paz, a sustentabilidade, o protagonismo-juvenil, a participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino e incentiva a inovação do processo educativo, por meio da valorização de novas ideias e concepções pedagógicas.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Desafios, deficiências e ausências:

Espaços e recursos tecnológicos insuficientes para a formação.
Participação familiar insatisfatória nas escolas.
Modernização e adequação dos espaços escolares e recursos tecnológicos.
Rotatividade das Equipes Gestoras e Docente gerando descontinuidade da proposta pedagógica.
Modernização da Gestão das unidades escolares (por exemplo: prestação de contas e diários de classe on-line).
Insuficiência de pessoal para melhoria do atendimento.

Demandas e oportunidades:

Alfabetizar 80% das crianças ao final do 1º ano do EF, 90% ao final do 2º ano e 100% ao final do 3º ano.
Garantir 75% de participação dos professores inscritos nas formações com foco no eixo alfabetização.
Criação do Centro de Referência em Educação Inclusiva até 2018, implementação em 2019 e monitoramento e avaliação em 2020.
Criação e implementação do Sistema Itinerante de Atendimento Educacional Especializado para alunos de zero a três anos, ampliando os cargos de acordo com a demanda na Rede Municipal de Ensino.
Garantir 75% de participação dos professores de Educação Básica inscritos nas formações com foco no trabalho pedagógico com educandos com deficiência.
Reduzir em 100% a taxa de distorção idade/série até o final da vigência deste.
Criação do Centro de Educação de Jovens e Adultos até 2018, implementação em 2019 e monitoramento e avaliação em 2020.
Ampliação da metodologia digital para os alunos atendidos na Educação de Jovens e Adultos.
Garantir 70 % de participação das famílias e/ou responsáveis nas atividades desenvolvidas nas escolas de Educação Infantil.
Garantir a oferta de formação para 100% das Unidades Municipais de Educação que atendem o segmento de zero a três anos.
Garantir 75% de participação dos professores inscritos nas formações com foco no segmento de 4 a 6 anos.
Criação da Matriz Curricular de tempo integral para a Educação Infantil.
Ampliar em 100% o número de Grêmios mirins nas escolas da Rede Municipal.
Ampliar em 30% o número de escolas com atendimento em tempo integral no Ensino Fundamental.
Oferecer educação integral para 50% dos alunos matriculados na Rede Municipal.
Atingir taxa maior ou igual a 85% de permanência dos alunos de 15 a 19 anos matriculados na Educação de Jovens e Adultos.
Manter em 95% o índice de aprovação no Ensino Fundamental.
Consolidar a Prova Santos como instrumento de Avaliação Externa, criando um índice municipal indutor de Políticas Públicas.
Garantir 70% dos alunos do 5º ano com índice de acertos maior ou igual a 60% da Avaliação Externa Municipal, em Língua Portuguesa e Matemática.
Garantir 60% dos alunos do 9º ano com índice de acertos maior ou igual a 60% da Avaliação Externa Municipal, em Língua Portuguesa e Matemática.
Alfabetizar 100% dos alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos.
Garantir formação continuada em serviço para 100% das escolas da Rede Municipal, com temáticas alusivas a todas as modalidades.
Reativar o Centro de Capacitação Permanente do Professorado Darcy Ribeiro.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Criar novo Portal da Educação que reúna conteúdos que fomentem ações pedagógicas e educacionais.

Criar aplicativo que promova acesso a pais e alunos às informações da rotina escolar.

Criar ferramentas de aproximação família/escola no Ensino Fundamental.

Ampliar para 16 (dezesesseis) as unidades municipais de Educação com controle biométrico dos alunos.

Viabilizar a ampliação da oferta de vagas para a Educação Infantil e Creches.

Implantação de espaço para atendimento noturno de crianças, cujas famílias necessitam do serviço.

Inauguração das Creches Vila São Jorge e Marapé.

Incrementar as ações do Plano de Obras; construção, reformas, manutenção e acessibilidade nas unidades da rede de ensino.

Equipar e modernizar as unidades de ensino e administrativas.

Aquisição de equipamentos, material de consumo, serviços, locações, capacitação, entre outras, objetivando a melhoria dos serviços prestados à população.

Estabelecer Termos de Parceria, Fomento, Convênios, Contratos, Programas e afins, visando a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Apresentação:

A cidade é pólo regional na área da Saúde e referência em alta complexidade, programa de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, consultório de rua e atendimento domiciliar, com o objetivo de garantir à comunidade santista um processo de desenvolvimento local e a efetivação dos direitos e garantias legais, proporcionando assim o direito de viver com dignidade e em comunidade.

Desafios, deficiências e ausências:

A saúde continuará a merecer uma atenção especial. Será priorizada a modernização dos prédios das unidades de saúde, que deverão seguir o mesmo padrão de qualidade adotado nas 10 policlínicas construídas nos últimos 4 (quatro) anos: climatização, acessibilidade, novo mobiliário e áreas específicas para os agentes do Programa Saúde da Família.

Além da melhoria da infraestrutura dos prédios, a humanização do atendimento será aprimorada com novas ações na UPA Centra Central, nos prontos-socorros e policlínicas. O Programa Amigo Voluntário terá uma versão com crianças e adolescentes, que também poderão ser dedicar às ações voluntárias com a supervisão de profissionais da área da saúde.

A redução da taxa de mortalidade infantil será uma das metas, com o fortalecimento e ampliação dos programas criados nos últimos quatro anos, como o Programa Mãe Santista. Ele terá novas ações desenvolvidas nas policlínicas. O trabalho contará com o apoio da Escola de Mães, que já promove uma série de orientações às mulheres que vão ter o primeiro filho, bem como as mais experientes.

Depois de ficar abandonado por quase 30 anos, o Complexo Hospitalar dos Estivadores terá função estratégica no aumento da oferta de leitos, uma das carências do SUS na região. Entre 2008 e 2012, a Cidade perdeu 19% de seus leitos SUS: passou de 1.063 para 862. Quando o Hospital dos Estivadores estiver funcionando em sua capacidade plena, a Cidade terá 1.137 leitos. O número representa um acréscimo de 32%, ou seja, um aumento de 223 novos leitos.

Demandas e Oportunidades:

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Para o período de 2018 a 2021, serão estabelecidas uma série de prioridades com vistas ao atendimento desses objetivos:

- desenvolver novas ações do Programa Mãe Santista para ampliar o atendimento às gestantes e reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil;
- seguir o mesmo padrão de qualidade adotado nas 10 (dez) policlínicas construídas nos últimos 4 (quatro) anos, para as novas unidades com acessibilidade, climatização e outras melhorias;
- garantir o pleno funcionamento do Complexo Hospitalar dos Estivadores mediante a obtenção de recursos para o custeio integral;
- ampliação das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças através de programas como o VIVA LEVE, MOVIMENTO-SE, COMBATE AO TABAGISMO e OBESIDADE, com o intuito de redução de doenças que resultam em óbito e conseqüente aumento da qualidade de vida da população;
- ampliação do PRO-SAÚDE com a adequação das unidades já existentes;
- fortalecimento do Programa Saúde da Família com ampliação da equipe de Agentes Comunitários de Saúde e ampliação da cobertura de atendimento com foco na região da Zona Noroeste, Morros, Área Continental e Região Central;
- ampliação do serviço Consultório de Rua, com aumento de viaturas destinadas ao projeto e introdução do Consultório Oftalmológico Móvel;
- implantação das Academias de Saúde;
- ampliação do Programa Jovem Doutor (possibilitando parceria com a SEDUC);
- fortalecer e ampliar o Programa Escola de Mães;
- fortalecimento da informação da saúde (prontuários e gestão de farmácia);
- criação e distribuição do Guia de Saúde, para orientar a população sobre os equipamentos de saúde do município, visando melhor entendimento e utilização adequada e consciente;
- Ampliação do Programa Tele Vida;
- Aumentar as equipes do SAMU para melhorar o tempo de atendimento aos chamados de urgência e emergência;
- Fortalecer a Rede de Atenção Básica, Especializada e os Centros de Especialidades Odontológicas – CEOs;
- Fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde (RAS), com a finalidade de garantir a atenção integral e universal à saúde da população, em todos os níveis de complexidade (Rede de Atenção as Urgências e Emergências - RUE, Rede Cegonha e etc);
- Fortalecer as linhas de cuidados às pessoas com deficiência física, mental e aos usuários drogas no âmbito do SUS;
- Ampliar a distribuição de medicamentos aos pacientes do SUS;
- Ampliar as ações e medidas de prevenção, controle de agravos e doenças, nas áreas da vigilância epidemiológica, sanitária, saúde do trabalhador e ambiental;
- Implantar boletim epidemiológico de Vigilância em Saúde (Mortalidade, Doenças de Notificação Compulsória, agravos, DCNT e vigilâncias com o objetivo de divulgar os dados municipais aos munícipes e profissionais de saúde;
- Fortalecer as campanhas de vacinação infantil, da gestante, do adulto e antirrábica nos animais (cães e gatos);
- Fortalecer a vigilância nos agravos de tuberculose, HIV, Hepatites e sífilis, bem como aderência ao tratamento (Linha de Cuidados).
- Ampliar as parcerias com os governos, estadual, federal, entidades públicas e privadas para implementação de novas ações e serviços públicos em saúde;
- Ampliar as parcerias com os hospitais filantrópicos e aumentar a oferta de leitos e especialidades;
- Valorização dos servidores públicos ligados à área da saúde, incentivar a sua formação permanente e dos membros do conselho municipal de saúde;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Atender as necessidades de Recursos Humanos (RH) nas unidades de saúde;
- Adequar os espaços físicos, adquirir novos equipamentos e mobiliários necessários ao funcionamento das unidades de saúde;
- Fortalecer a zeladoria da saúde, com ações rápidas e eficientes na manutenção das unidades de saúde;
- Atualizar a Lei Orgânica do Município, em virtude da Emenda Constitucional “EC” nº 29/2000 e a Lei Complementar 141/2012 (Regulamentação da EC nº29/2000).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apresentação:

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Santos (SEAS) tem como atribuição assegurar, de forma continuada, a proteção social aos indivíduos e famílias que dela necessitarem, prioritariamente aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

À SEAS cabe organizar e coordenar o SUAS no âmbito municipal e a articulação da rede pública e privada que oferta as provisões socioassistenciais por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, visando a satisfação das necessidades básicas e a convivência familiar e comunitária de seus usuários.

Fundamentado na cooperação entre as esferas de governo, o modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo, cabendo competências comuns e específicas e garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo. Ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) cabe a normatização, o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização da gestão e da execução da Política Municipal de Assistência Social.

A Rede de Atendimento Socioassistencial no município de Santos estrutura-se a partir do território, pautando sua atuação em dois níveis de proteção: básica e especial, sendo esta última de média e alta complexidade.

1.1. Proteção Social Básica

Centros de Referência de Assistência Social

São unidades públicas de atendimento localizadas em regiões de alto índice de riscos e vulnerabilidades sociais. Desenvolvem o trabalho social com famílias por meio dos Serviços de Proteção e Atendimento a Indivíduos e Famílias (PAIF) em sua área de moradia, com destaque

para a prevenção às situações de riscos e a garantia dos direitos socioassistenciais¹. É papel primordial dos CRAS trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e ampliar o acesso dos munícipes aos seus direitos.

1. CRAS RCH/AC - Região Central Histórica e Área Continental: Rua 7 de Setembro, 45 – Vila Nova.
2. CRAS Rádio Clube: Av. Brigadeiro Faria Lima s/nº - Rádio Clube.
3. CRAS Bom Retiro/Caneleira: Av. Nossa Senhora de Fátima, 517 – Chico de Paula.

¹

Nos termos do Art. 203 da Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS).

ANEXO VI
DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

4. CRAS Alemoa: Marginal Anchieta, 218 - Chico de Paula.
5. CRAS São Bento: Av. Nossa Senhora da Assunção s/nº - Morro São Bento.
6. CRAS Nova Cintra: Av. Santista, 655 – Morro Nova Cintra.
7. CRAS ZOI - Zona da Orla e Intermediária: Rua Visconde de Ouro Preto, 19 – Estuário.

Vale destacar ainda a existência de dois (2) Núcleos Integrados de Assistência Social (NIAS), que foram implantados para ampliar a cobertura da Proteção Social Básica, em função da distância e pouco acesso à rede de serviços públicos, como é o caso da Área Continental do Município e dos bairros do São Manoel e Piratininga.

1. NIAS São Manoel: R. Coronel Feliciano Narciso Bicudo, 695 – São Manoel, referenciado ao CRAS Alemoa.

2. NIAS Caruara: Rua Xavantes, 31 - Caruara, referenciado ao CRAS RCH/AC.

Centros Comunitários, Centros da Juventude e Centros de Convivência

São unidades públicas de atendimento e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, de forma complementar ao PAIF, executado em 12 unidades referenciadas aos CRAS de seus territórios, quais sejam:

1. Centro da Juventude da Zona Leste: Rua Joaquim Nabuco, 21 - Vila Mathias
2. Centro da Juventude da Zona Noroeste: Rua Brigadeiro Faria Lima s/nº - Rádio Clube
3. Centro da Juventude dos Morros: Av. Nossa Senhora da Assunção, nº 156 - Morro São Bento
4. Centro de Convivência do Idoso Isabel Garcia: Rua Barão de Paranapiacaba nº 14 – Encruzilhada
5. Centro de Convivência do Idoso Vida Nova: Av. Francisco Glicério, nº 647 – José Menino
6. Centro de Convivência do Idoso da Zona Noroeste: Rua Gilberto Franco Silva nº 317 – Caneleira
7. Centro Comunitário de Caruara e Monte Cabrão: Rua Tamoio nº 265 – Caruara
8. Centro Comunitário São José: Rua Tenente Durval do Amaral, nº 366 - Rádio Clube
9. Centro Comunitário Maria das Graças de Azevedo: Marginal Anchieta nº 218 - Chico de Paula
10. Centro Comunitário São Manoel: Rua Professor Francisco Meira nº 104 - São Manoel
11. Centro de Convivência do Morro Santa Maria: Rua oito s/n – Morro Santa Maria

Demais disso, a execução de serviços e projetos de qualificação profissional e inclusão produtiva é ofertada por intermédio de parcerias com as Organizações Não Governamentais: Educandário Santista; Grupo Amigo do Lar Pobre – GALP; Pró-Viver e em parceria com a Vila Criativa,

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

localizada no Mercado e na região dos Morros, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CODESO.

Por intermédio de parcerias com as Organizações Não Governamentais: Escola de Educação Especial 30 de Julho e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE há o provimento do serviço de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência, que visa o acesso ao mundo do trabalho, conforme ação prevista na Resolução CNAS 33/2011.

1.2. Proteção Social Especial – Média Complexidade

Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

São unidades públicas de atendimento às famílias e indivíduos com direitos violados, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

1. CREAS Zona Leste: Av. Conselheiro Nébias, 452 - Encruzilhada
2. CREAS Zona Noroeste: Rua Cananéia, 269 - Saboó

Vale ainda destacar o Serviço Especializado em Abordagem Social para crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil, executado por meio de parceria com a entidade socioassistencial ASPPE, que desenvolve um trabalho sistemático de abordagem social e busca ativa, a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de rua e na rua, referenciando os casos identificados aos CREAS visando propiciar a superação das situações de risco a que estão expostas, a partir de um processo educativo e proteção social proativa, na perspectiva da garantia de direitos.

1. Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação – ASPPE: Rua Joaquim Távora,93 - Encruzilhada

Centros de Referência Especializado de Assistência Social da População em Situação de Rua (Centro Pop)

Unidade pública de atendimento à população em situação de rua, por meio do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, visando promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária a fim de contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento.

1. Centro Pop: Rua Conselheiro Saraiva, 13 – Vila Nova

Importa destacar, como parte integrante desta unidade, o Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua – SESP-PSR, realizado de forma continuada, durante as 24 horas, com a finalidade de identificar e monitorar as áreas de maior incidência de população em situação de rua no município, efetuando a abordagem sistemática e continuada, ofertando a estes o acesso a rede de serviços, demais políticas públicas e referenciando ao Centro Pop.

Casa Dia do Idoso – Mãezinha Joana

Unidade pública de atendimento, proteção social e convivência para idosos da cidade, referenciados aos demais serviços socioassistenciais.

1. Casa Dia do Idosos: Rua Evaristo da Veiga, 207 - Campo Grande.

Núcleo de Atendimento Integrado – NAI

Unidade pública que promove o atendimento inicial, no âmbito da assistência social, ao adolescente ao qual é atribuída a prática de Ato Infracional, sendo porta de entrada ao Sistema de Justiça e Socioeducativo, contribuindo para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social. Compõe o Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE

Endereço: Avenida Waldemar Leão, 252 – Jabaquara – Santos –SP.

1.3. Proteção Social Especial – Alta Complexidade

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

No âmbito da alta complexidade, a Proteção Social Especial é ofertada por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, do Serviço de Acolhimento em República e do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes

1. Abrigo Provisório de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – SEACOLHE/CA: Rua Júlio de Mesquita, 74/78 - Vila Nova

Por intermédio de parcerias com entidades, a SEAS oferta quatro (4) Abrigos Institucionais para crianças e adolescentes:

1. Lar Santo Expedito: Rua Vitor De Lamare, 11 - Boqueirão
2. Casa da Criança: Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 120 - Macuco
3. Educandário Anália Franco: Rua Pedro Américo, 288 – Campo Grande
4. Casa Vó Benedita: Rua Carlos Caldeira, 675 – Santa Maria

Serviços de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua

1. Abrigo Provisório para Adultos, Idosos e Famílias – SEACOLHE/AIF: Rua Bittencourt, 309/311 - Vila Nova

2. Abrigo de Adultos, Idosos e Famílias – SEABRIGO/AIF: Rua Manoel Tourinho, 352 - Macuco

Por intermédio de parcerias com entidades, a SEAS oferta 2 Abrigos Institucionais para Pessoas em Situação de Rua:

1. Albergue Noturno: Rua Brás Cubas, 289 – Vila Nova
2. Casa das Anas (atendimento para mulheres, com ou sem filhos): Rua Paraná, 219 – Vila Belmiro

Serviços de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência

SEAPRO/MVV: Endereço sigiloso

Serviços de Acolhimento Institucional para idosos

Por intermédio de parcerias com Organizações Não Governamentais há o provimento de Abrigos Institucionais, na modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI (3 unidades):

1. Casa do Sol: Avenida Santista, s/nº - Morro Nova Cintra
2. Lar Evangélico: Rua Fritz Gut, 496 – Vila São Jorge
3. São Vicente de Paulo: Avenida Rodrigues Alves, 301/325 – Macuco

Para o acolhimento a idosos cuja condição pessoal esteja nas modalidades Graus II e III (semi dependentes e dependentes, respectivamente), a SEAS celebrou e mantém um contrato de prestação de serviços com a Casa de Repouso Santa Paula.

Família Acolhedora

Atua na perspectiva de garantir a prestação de serviço de acolhimento às crianças e adolescentes que são afastados de suas famílias biológicas, por medida de proteção.

Famílias Acolhedoras passam por avaliação de Assistentes Sociais e Psicólogos e devem ter disponibilidade interna e externa de receber temporariamente crianças que vivenciam violação de seus direitos. Trata-se de uma rede de solidariedade e compromisso cidadão. É uma maneira de compreender seu papel frente às questões relativas à vida em sociedade.

Endereço: Rua Miguel Presgrave nº 26 - Boqueirão

Seção de Repúblicas

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Repúblicas de Idosos (3 unidades)
1. República Bem Viver: Rua Borges, 287 – Encruzilhada
 2. República Vitória: Rua Prudente de Moraes, 48 - Vila Mathias
 3. República Renascer: Rua Prudente de Moraes, 50 - Vila Mathias

República de Jovens

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens, entre 18 a 21 anos, de ambos os sexos, que estudam e trabalham, em processo de desligamento dos serviços de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que estejam em processo da conquista de autonomia.

Endereço: Avenida Senador Dantas, 290 - Macuco

Residências Inclusivas

Por intermédio de parcerias com Organizações Não Governamentais há o provimento de 02 (duas) Residências Inclusivas, que ofertam acolhimento institucional para pessoas com deficiência, entre 18 a 59 anos, de ambos os sexos, em situação de dependência e que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar.

1. Casa do Paraplégico: Rua Nabuco de Araújo, 690 - Aparecida
2. CEB 30 de Julho: Avenida Senador Pinheiro Machado, 125 – Vila Mathias

Por fim, convém citar, a parceria com a entidade Mensageiros da Luz para o Serviço de Acolhimento de pessoas com paralisia cerebral.

1. Mensageiros da Luz: Rua Cunha Moreira, 47 – Encruzilhada

1.4. Programas e benefícios

Municipais

1. Vovô Sabe Tudo

Objetiva valorizar a pessoa idosa, propiciando a transmissão de seus conhecimentos, habilidades e valores humanos, especialmente às crianças e adolescentes, em um processo de fortalecimento e troca cultural e afetiva entre as gerações.

2. Programa Nossa Família – PNF

Apoia financeiramente famílias com baixa renda e cujos critérios de avaliação fundamentam – se na renda *per capita* dos núcleos familiares, bem como na avaliação técnica realizada pelos profissionais dos CRAS e CREAS.

3. Programa de Valorização Jovem – PVJ

Por meio de uma bolsa-auxílio visa proporcionar a ampliação de experiências e repertório informacional dos jovens, devendo ser executadas prioritariamente atividades comunitárias que possam valorizar o desenvolvimento integral do jovem, bem como auxiliar e colaborar com os coletivos que serão beneficiados com as ações realizadas pelos inseridos no programa.

4. Programa Novo Rumo

O programa visa capacitar os jovens do município para o mercado de trabalho investindo em sua formação, por meio de uma bolsa-auxílio em dois projetos:

1. Restaurante Escola Estação Bistrô - busca capacitar os jovens para trabalhar na

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

área de alimentos e bebida em bares, restaurantes e hotéis;

2. Projeto Monitoria Jovem - busca identificar as habilidades dos jovens participantes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV e capacitá-los para a função de facilitador das Oficinas realizadas nesses Serviços, de modo a garantir a inserção no mundo do trabalho, ao mesmo tempo, em que há um investimento nos saberes e talentos dos jovens.

5. Programa de Inclusão Cidadã - Fênix

O programa objetiva propiciar a inclusão social da população em situação de rua, constituindo em alternativa para recuperação da autoestima e dos direitos inerentes a todos cidadãos.

6. Programa Guarda Subsidiada

Por meio de subsídio aos guardiões, permite que integrantes da família extensa ou afetiva, fiquem com seus sobrinhos, netos, afilhados, vizinho, enquanto os pais superam a crise que motivou a separação temporária.

Estaduais

1. Renda Cidadã

Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, o Renda Cidadã promove ações complementares de caráter socioeducativo e de apoio à formação e capacitação profissional, visando a autonomia econômica e a melhoria da qualidade de vida.

2. Ação Jovem

Programa de Transferência de Renda do Governo do Estado, o Ação Jovem estimula a conclusão da escolaridade básica dos jovens beneficiários, possibilitando que continuem seu desenvolvimento pessoal, para facilitar sua inserção no mercado de trabalho e para estimular sua preparação para o efetivo exercício da cidadania.

Federais

1. Programa Bolsa Família – PBF

Programa de Transferência direta de Renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a transferência do benefício financeiro ao acesso aos direitos sociais básicos, saúde, educação, alimentação e assistência social, contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável.

2. Benefício de Prestação Continuada - BPC

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas ou com deficiência.

1.5. Benefícios Eventuais

Regulamentado pela Resolução Normativa 543 de 2014, do Conselho Municipal de Assistência Social, os Benefícios Eventuais são modalidades de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário, concedidos diretamente aos usuários, mediante parecer técnico do profissional da Política de Assistência Social

Segurança Alimentar

No que diz respeito às ações de Segurança Alimentar e Nutricional, os restaurantes populares Bom Prato apresentam-se como importante instrumento de redução das despesas de indivíduos e famílias, prioritariamente em situação de pobreza e extrema pobreza. O município de Santos conta com 3 unidades de restaurantes populares Bom Prato:

1. Restaurante Bom Prato Mercado

2. Restaurante Bom Prato Morros

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

3. Restaurante Bom Prato Zona Noroeste.

Desafios, deficiências e ausências:

A população santista observou uma grande alteração demográfica nas últimas três décadas, com o crescimento do número de idosos, além do incremento da renda domiciliar média e um aumento nos indicadores de Educação no mesmo período, fazendo com que o município atingisse o 6º

melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil². Contudo, esta situação não pode ser generalizada para todo o município, pois além da maior presença de idosos na área da Orla e maior a presença de crianças na Zona Noroeste e Morros, a distribuição da renda também ocorre de forma desigual pelos territórios santistas.

Apesar de possuir, em média, índices sociais melhores do que a média do Estado de São Paulo, percebe-se que as vulnerabilidades e riscos sociais estão territorialmente concentrados nas regiões dos Morros, Zona Noroeste, Região Central e Área Continental. Tais regiões concentram os maiores índices de analfabetismo, defasagem de anos de estudo, informalidade no mercado de trabalho e domicílios com renda familiar per capita de até 85 reais, chefiados por mulheres e pessoas com deficiência.

Vale destacar que, apesar da diminuição de 31% da população em extrema pobreza em Santos nas últimas 2 décadas, constata-se que a desigualdade aumentou no município no mesmo período. O Índice de Gini passou de 0,52 em 1991 para 0,53 em 2000 e para 0,55 em 2010. O crescimento da desigualdade em Santos é justificado à medida que a porcentagem da renda apropriada por extratos da população, avança para caminhos opostos, onde os mais pobres se apropriam de menor renda e os mais ricos apropriam-se de mais renda, ao longo das duas últimas décadas.

A análise dos territórios de Santos ajuda a delinear o perfil das famílias mais exposto aos riscos e vulnerabilidades sociais no município, apresentando-se como um desafio para a superação da cisão existente no município, onde as imagens do desenvolvimento e riqueza convivem com as situações de extrema pobreza, revelando as distâncias e segregações sociais que se configuram nesse território. Provocam, ainda, uma ruptura no tecido social, chamando a atenção para os abismos sociais encontrados entre os condomínios de alto padrão do lado da Orla e de outro lado, os morros, palafitas, favelas e cortiços.

A desigualdade social congrega um grande conjunto de fatores, incluindo o acesso à renda. Focando inicialmente na desigualdade econômica, vale destacar que esta é comumente medida pelo Índice de Gini - instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Nas últimas décadas, segundo os censos de 1991, 2000 e 2010, a concentração de renda em Santos tem crescido. Vale destacar que a desigualdade econômica é um importante instrumento de identificação de situações de risco e vulnerabilidades sociais, mas não é o único e nem o mais confiável se analisado isoladamente. Uma leitura mais adequada a respeito da desigualdade é aquela que contempla, além da renda, dados sobre o acesso aos serviços públicos e a qualidade de vida, obtendo uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem os vários segmentos populacionais, em determinado município.

Dessa forma, observam-se também desigualdades no acesso aos direitos e aos serviços básicos de infraestrutura, nas condições dos domicílios e no perfil das famílias, mostrando que o acesso a tais serviços parece ser moldado de acordo com a maior ou menor presença do capital econômico, concentrando a maior parte da população mais pobre em bairros mais vulneráveis e a maior parte da população mais rica em bairros mais estruturados. Por exemplo, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M 2010), enquanto o IDHM registrado nas regiões do Boqueirão e do Gonzaga é considerado muito alto e supera a marca do país com o

2

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

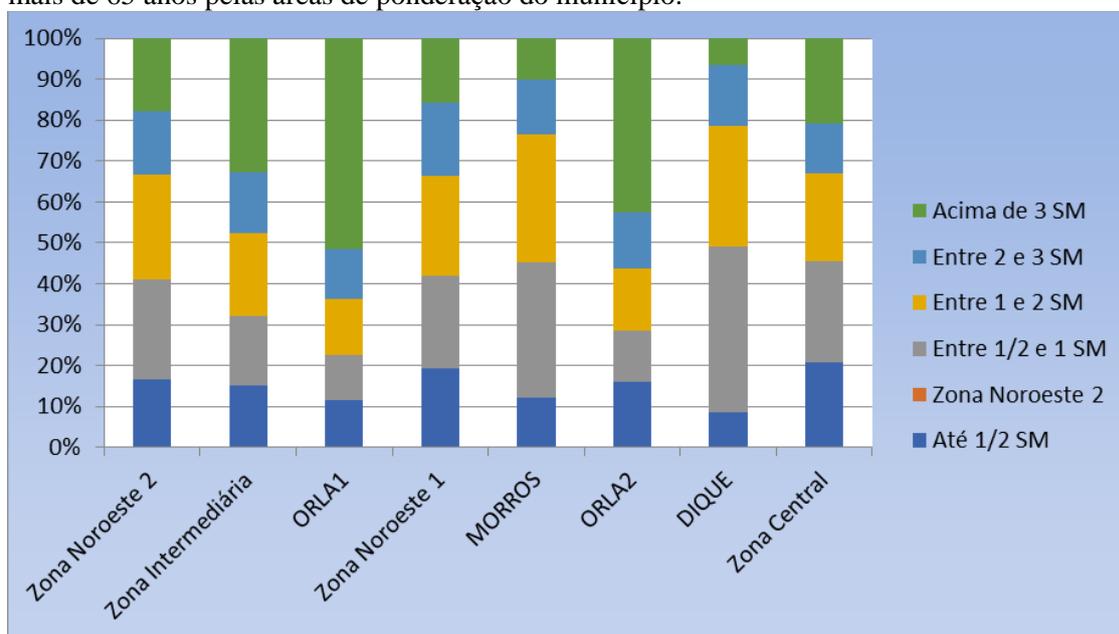
melhor IDH, a Noruega, o IDHM verificado nas áreas de maior vulnerabilidade social de Santos (Dique Vila Gilda e Vila Telma, Morro Caneleira, Alemoa, Vila dos Criadores e Área

3

Continental) seria comparável ao da Síria, país que vive em Guerra Civil há anos .

Vale ainda destacar a crescente presença de idosos entre os cidadãos santistas, público alvo de atendimento prioritário na Política de Assistência Social. Considerando apenas a população composta por pessoas acima de 60 anos verificamos que, entre 2000 e 2010, houve um crescimento de 2,12% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 15,6% da população, já em 2010 detinha 19,2% do total da população municipal, o que correspondia a 80.353 habitantes. A expectativa de população atual do município já indica que a população de idosos tenha superado os 20% do total da população.

O gráfico abaixo completa tal informação apresentando o rendimento mensal das pessoas com mais de 65 anos pelas áreas de ponderação do município.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Como podemos observar, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, somente as áreas de ponderação da Orla 1 e Orla 2 possuíam mais de 40% de sua população com mais de 65 anos de idade com rendimentos mensais superiores a 3 salários mínimos. De outro lado, as áreas de ponderação da Zona Noroeste 1, Zona Noroeste 2, Morros, Zona Central e Dique eram as únicas em que havia mais de 40% de sua população acima de 65 anos de idade com rendimento mensal que não superava 1 salário mínimo.

Demais disso, vale destacar que estamos vivendo uma grave crise econômica, determinante do crescente índice de desemprego, com impacto dramático nas classes empobrecidas. Segundo o

4

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2009) , o pior efeito da crise é sobre o nível de emprego, pois atinge diretamente as condições objetivas de vida da população e traz prejuízos para atividade econômica, principalmente para os mais pobres que dependem exclusivamente do emprego de sua força de trabalho, para a garantia das condições de vida.

3

Jornal A Tribuna, 12/07/2015, p. A-7.

4

IPEA, Disponível

em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2164:catid=28&Itemid=23 Acessado em: 07/01/2017.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Para ilustrar, basta dizer que em 2016 a base local do Cadastro Único para Programas Sociais, porta de entrada para os serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social, observou um aumento de aproximadamente 10% na inclusão de novas famílias, mesmo considerando que o aumento da inclusão de novas famílias também tem relação com a ampliação da capacidade de atendimento da SEAS, é inevitável perceber que há relação entre a pobreza, desemprego e a crise política e econômica com o aumento da demanda para a Assistência Social.

Demandas e Oportunidades:

Com a diretriz de nosso prefeito municipal, de governar para todos, mas, principalmente, para os que mais precisam, muito avançamos na gestão 2013-2016, quando 15 novos serviços e dois programas de transferência de renda foram implantados, além das melhorias realizadas na estrutura física e no aprimoramento dos procedimentos técnicos. No entanto, é evidente que no momento de crise a Política de Assistência Social deve atuar de maneira mais irrestrita, com respostas imediatas e eficazes.

Diante disso, elencamos as principais diretrizes e ações de enfrentamentos:

- Dar continuidade ao fortalecimento do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, com o objetivo de prevenir situações de risco pessoal e social, desenvolver potencialidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- Dar continuidade ao fortalecimento o serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI, com o objetivo de orientar e acompanhar famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos;
- Dar continuidade ao fortalecimento do serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – MSE (LA e PSC), com o objetivo de possibilitar a construção de relações sociais e familiares positivas e a inclusão social;
- Dar continuidade ao fortalecimento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, observando princípios de excepcionalidade, provisoriedade, preservação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- Manter a estrutura da política de Assistência Social municipal voltada à População em Situação de Rua, objetivando a reinserção social destes indivíduos;
- Dar continuidade à qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais, através da elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente, além de capacitação continuada a todo o conjunto de trabalhadores, bem como supervisão às equipes;
- Concluir a melhoria da infraestrutura dos equipamentos socioassistenciais;
- Reformar e adequar a estrutura administrativa da Secretaria de Assistência Social, com a inclusão das novas unidades de serviços criadas na gestão 2013-2016, na estrutura organizacional da administração pública e com a transformação e/ou criação de cargos públicos em comissão, visando uniformizar e integrar ações das unidades administrativas;
- Dar continuidade ao fortalecimento da vigilância socioassistencial, através do levantamento e análise de indicadores;
- Uma vez implantados durante a gestão 2013-2016, aprimorar os programas projetos e ações de qualificação profissional e inserção ao mundo do trabalho;
- Elaborar a Lei Municipal de Assistência Social;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Dar continuidade nas ações previstas no plano municipal de enfrentamento do Trabalho Infantil;
- Constituir rede colaborativa voltada à melhoria da gestão pública, desenvolver padrões de qualidade e de racionalidade, proporcionar meios para melhorar o desempenho institucional e otimizar a utilização dos recursos disponíveis, reduzindo custos operacionais e assegurando a continuidade dos processos de organização e inovação institucionais;
- Investir na implantação dos Grupos Gestores nos principais Serviços da SEAS;
- Aprimorar as ações realizadas nas situações de emergência e calamidades, dentro das competências da Secretaria;
- Estruturar os serviços de atendimento e acolhimento às pessoas idosas, frente a crescente demanda por serviços socioassistenciais deste ciclo de vida.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES

Apresentação:

Inovar em gestão e fiscalização de obras, públicas, viárias, prediais e particulares que promovam o desenvolvimento sustentável, a preservação do patrimônio histórico e o controle do uso e ocupação do solo, para o bem-estar da população e integração das cidades da região metropolitana, contribuindo na gestão macroeconômica do município.

Desafios, deficiências e ausências:

Assegurar o cumprimento das legislações nas análises dos projetos, nas construções, reformas e ampliações, objetivando a segurança das edificações, da população e o uso e ocupação do solo de forma harmônica e sustentável

Executar uma fiscalização eficaz que estimule o cumprimento das normas e dispositivos legais nas obras e edificações dentro do município.

Aprimorar a liberação de processos de obras novas, licitatórios e procedimentos administrativos que contribuam com a gestão econômica do município.

Fiscalizar os prazos de execução das obras, para disponibilizar o viário ou equipamento público em consonância com o planejamento da infraestrutura da cidade.

Demandas e Oportunidades:

Readequar a estrutura organizacional da secretaria, realocando e otimizando os recursos humanos e materiais disponíveis, para objetivar disponibilizar os equipamentos públicos e viários atendendo os anseios da população;

Criar uma conscientização quanto ao cumprimento das normas e dispositivos legais por meio de uma fiscalização eficaz;

Estruturar os indicadores da secretaria de forma que ocorra o aprimoramento e redução no tempo de liberação dos projetos para licitações e processos de obras particulares novas, contribuindo para a gestão econômica do município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Vimos por meio deste informar que em cumprimento ao Decreto nº 7.657 de 19 de janeiro de 2017, que fixa normas para a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2018-2021 e do Projeto de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, de acordo com as atribuições da Secretaria Municipal de Turismo e em respeito ao Plano de Governo da atual administração, apresentamos abaixo as ações para incentivar o desenvolvimento da cidade e consolidar Santos como destino turístico:

- Elaborar programação que contemple atividades e atrativos que os turistas podem visitar ao longo do ano, com o objetivo de incentivar o uso de espaços variados na cidade para o desenvolvimento de atividades turísticas, como as praias, a área continental, ruas do centro, praças, etc;
- Divulgar o Programa Conheça Santos por meio de aplicativo e do site de turismo de Santos, de maneira que contribua com a propagação e o acesso por parte dos turistas reais e potenciais;
- Promover a cidade mais fortemente em todas as mídias sociais, conforme orientações descritas no Plano de Marketing;
- Desenvolver projeto focado nos mercados prioritários que consiste na apresentação do destino por meio de vídeos institucionais, palestras e rodadas de negócios com participação das empresas da iniciativa privada do destino;
- Desenvolver e fortalecer o turismo ecológico na Área Continental;
- Estruturar roteiros turísticos prioritários;
- Fazer o levantamento dos eventos de interesse turístico e organizar o calendário, para posterior divulgação nas mídias e veículos de comunicação;
- Apoiar e realizar e eventos de interesse turístico;
- Participar de feiras de turismo visando à promoção do destino “Santos” junto aos profissionais do trade, principalmente agentes e operadores de turismo e imprensa especializada;
- Fazer o levantamento das demandas de capacitações necessárias para os setores âncoras na atividade turística: hospedagem, alimentação, agências e transporte;
- Buscar parcerias para realização das capacitações;
- Desenvolver programa de qualificação para estímulo ao empreendedorismo e à inovação;
- Desenvolver programa de qualificação específico para taxistas, guias de turismo, recepcionistas, garantindo que tenham condições de passar informações sobre o turismo no destino e sobre hospitalidade, tanto em português quanto em língua estrangeira;
- Inovação do bonde turístico no que se refere aos serviços prestados e na estrutura do produto: melhoria do sistema de som e microfone, no conforto térmico, qualificação dos guias de turismo em outro idioma, reestruturação da forma de apresentação dos atrativos;
- Implementar projeto específico para adequação de estruturas que promovam o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Implantar sistema informatizado nos PITs;
- Modernizar os PITs, promovendo melhorias e a padronização na identificação visual e equipamentos dos PITs;
- Aprimorar os serviços dos PITs, padronizando os serviços de atendimento prestado com a criação de cartilha do atendente para treinamento e qualificação dos funcionários responsáveis pelo atendimento ao turista;
- Atuar junto às companhias de cruzeiros marítimos, CEDESP e o terminal de passageiros CONCAIS, visando fomentar a permanência de cruzeiristas na cidade e a melhor organização dos acessos ao terminal;
- Implantar sistema de cartão de débito/crédito nas bilheterias dos equipamentos turísticos municipais para compra de ingressos;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Implantar sistema de venda online de ingressos para os equipamentos turísticos municipais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

Apresentação:

A Secretaria de Esportes tem por objetivo planejar, organizar, executar e fiscalizar a prática da atividade física e esportiva, promovendo a educação efetiva para a saúde, a ocupação saudável do tempo livre e a melhora da qualidade de vida da população, nas formas dos exercícios ginásticos, jogos, esportes, danças e lutas, de maneira regular em equipamentos próprios, conveniados e orla da praia ou por meio de eventos esportivos, para municípios a partir dos 6 anos.

Desafios, deficiências e ausências:

- Ampliação do atendimento;
- Otimização dos espaços públicos;
- Identificação de espaços privados para parcerias;
- Atividade física com viés na saúde;
- Parcerias com outras Secretarias;
- Manutenção dos próprios;

Demandas e Oportunidades:

- Reativar núcleo do programa Navega São Paulo, em parceria com o Governo do Estado;
- Reformar os Centros Esportivos Rebouças e M. Nascimento Jr.;
- Viabilizar a construção de Pista de Atletismo e de Velódromo por meio de parcerias, visando a promoção das categorias de base e o treinamento dos atletas de alto rendimento do município;
- Implantar o projeto Praça da Juventude, em parceria com o Governo Federal, para atividades esportivas;
- Sedar os Jogos Escolares Brasileiros;
- Reestruturar e ampliar o percentual do Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio ao Esporte (Promifae);
- Promover orientações para prática de atividades físicas na praia;
- Desenvolver estudos científicos na Secretaria de Esportes por meio de parcerias;
- Mapear e disciplinar as atividades físicas/esportivas oferecidas por terceiros na orla da praia;
- Criar o Plano Municipal de Esporte e Lazer, com diretrizes e metas intersetoriais, priorizando o esporte de base, melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento social;
- Desenvolver estratégias de marketing para captação de recursos na iniciativa privada e outras instâncias de governo, como forma de manter equipes competitivas na cidade e oferecer bolsas aos atletas iniciantes;
- Incrementar a articulação entre a Secretaria de Esportes, as Redes de Ensino, e entidades sócios esportivas para o desenvolvimento de programas e atividade;
- Proporcionar programa de capacitação profissional continuada para professores, gestores e demais funcionários da Secretaria de Esportes;
- Promover encontros temáticos e atividades esportivas com a presença de atletas e ex-atletas do Município, visando à promoção da saúde e difusão da importância da prática da atividade física;
- Instituir o Festival de Verão, com a realização de competições esportivas na faixa de areia;
- Promover atividades esportivas e eventos recreativos em praças públicas mediante parcerias com entidades de bairro;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Organizar o Calendário Esportivo de Eventos do Município, em conjunto com a Secretaria de Turismo, para promoção da cidade e desenvolvimento de negócios;
- Realizar parcerias com as universidades para o suporte técnico-científico às equipes esportivas da cidade;
- Revisar os critérios de adoção e manutenção dos atletas no programa Adote um Atleta;
- Reavaliar os objetivos da participação do município em jogos regionais e jogos abertos, para estimular a formação de atletas na cidade;
- Instituir a contrapartida social a atletas patrocinados pelo município para que participem de ações interativas com a comunidade, como palestras e clínicas esportivas;
- Revitalizar espaços esportivos da cidade, com a elaboração de plano de reconstrução e reforma dos equipamentos esportivos, incluindo escolas e também aparelhamento específico, através de parcerias com os governos estadual e federal;
- Criar o Centro Esportivo da Área Continental de Santos, com destaque para o esporte náutico e de aventura;
- Reestrutura a Sede da Seção de Esportes Náuticos;
- Ampliar a oferta de modalidades/atividades esportivas e conseqüentemente o número de atendimentos/mês nos Centros e Quadras Poliesportivas.
- Fomentar o esporte de base através de parcerias com os Clubes da Cidade;
- Fomentar o desenvolvimento de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais;
- Incentivar eventos artísticos e esportivos que constem o Calendário Oficial do Município;
- Desenvolver ações com o objetivo de fomentar a captação de recursos para o Fundo de Assistência e Desenvolvimento do Esporte (FADESP)
- Reformar o Posto de Salvamento 3 para ampliação da Escola Radical;
- Planejar as ocupações das Vilas Criativas dentro das políticas desenvolvidas pela Secretaria de Esportes

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Apresentação

Garantir pleno exercício dos direitos culturais e o acesso democrático à arte e cultura. Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Gerenciar equipamentos, promover cursos e oficinas, organizar eventos, fomentar a pesquisa cultural.

Desafios deficiências e ausências

- Reformular a alíquota orçamentaria para realizar planos de manutenção ideal de seus equipamentos (Teatros e Centros Culturais).
- Reformular o quadro funcional à atual demanda infra estrutural da Secretaria de Cultura. Tanto, para implementação de novos projetos das políticas públicas, como para a qualificação de seus competes dentro de suas atividades e operacionalidades.
- Ampliar os investimentos envolvendo o segundo setor da cadeia produtiva de arte, cultura e entretenimento.
- Criar integração entre a Secretaria de Cultura e demais secretarias municipais que estejam relacionadas ao fazer cultural.
- Fomentar a pesquisa cultural em parceria com as Universidades e Instituições Culturais.

ANEXO VI
DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Criar Lei de Incentivo Fiscal para projetos nas áreas culturais.

PPA – diagnóstico setorial 2018 - 2021

UNIDADE GESTORA	COMPROMISSO	ANO EXECUÇÃO
CULTURA	Implementar as metas do Plano Municipal de Cultura em parceria com o movimento artístico-cultural, órgãos governamentais, terceiro setor e iniciativa privada;	Ação já iniciada. Encaminhado à Câmara Municipal de Santos
CULTURA	Priorizar as oficinas culturais, ampliando a oferta de cursos e estendendo as atividades às áreas de maior vulnerabilidade social do Município. Estimular o intercâmbio de informações/ações com as secretarias de Assistência Social (Seas), Cidadania (Secid) e Educação (Seduc), realizando o mapeamento das áreas de atuação e o planejamento de ações culturais integradas. Buscar recursos dos governos Estadual e Federal para a ampliação da oferta de cursos;	Ação já iniciada, com novas ações implementadas a cada ano, até 2020
CULTURA	Fortalecer o Fundo Municipal de Apoio à Cultura (Facult). Realizar a ampla divulgação de inscrições e seleção para projetos culturais independentes que utilizam recursos do Facult. Acompanhar e difundir as ações executadas pelos produtores contemplados;	Já iniciada, com novas ações implementadas a cada ano, até 2020
CULTURA	Valorizar e recuperar o patrimônio cultural material da Cidade com ênfase na manutenção de teatros, galerias de arte, cinemas, bibliotecas municipais e centros culturais. Propor estudo orçamentário junto à Prefeitura de Santos para viabilizar recursos para ações de manutenção preventiva, além de prospectar parcerias com a iniciativa privada para auxílio nesse trabalho;	Até 2020
CULTURA	Incentivar e auxiliar parcerias e intercâmbio com os locais que recebem atividades vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura;	Até 2020
CULTURA	Capacitar os gestores e produtores culturais na elaboração e prestação de contas de projetos em programas de incentivo à cultura, com trabalho realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Governo, por meio de ações integradas com programas como a Vila Criativa;	Até 2020
CULTURA	Fomentar a participação da Cidade nos roteiros das grandes mostras de arte, música, dança, literatura e demais manifestações artístico-culturais;	Até 2020
CULTURA	Dar continuidade às parcerias perante entidades do terceiro setor;	Até 2020

ANEXO VI
DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

CULTURA	<p>Planejar e criar portal de difusão de informações culturais na internet com ênfase em festivais, programas municipais de incentivo à cultura, informações sobre inscrição em programas de incentivo públicos e privados, inscrições em festivais, e viabilizar a ampla divulgação das atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura (Secult), tais como espetáculos, cursos, capacitações e mostras.</p> <p>Também viabilizar o cadastramento e identificação da área de atuação de artistas e produtores da Cidade.</p> <p>Todo o trabalho será realizado pela Secult, com acompanhamento da Secretaria de Comunicação (Secom);</p>	2017
CULTURA	Regularizar a atividade dos artistas de rua na Cidade por meio do diálogo com agentes das secretarias municipais de Segurança, Finanças, Turismo, Procuradoria Municipal e classe artística.	2017
CULTURA	Implantar Lei de Incentivo Fiscal para projetos culturais.	2017
CULTURA	Valorizar e recuperar o patrimônio cultural material da Cidade com ênfase na manutenção de teatros, galerias de arte, cinemas, bibliotecas municipais e centros culturais. Propor estudo orçamentário junto à Prefeitura de Santos para viabilizar recursos para ações de manutenção preventiva, além de prospectar parcerias com a iniciativa privada para auxílio nesse trabalho.	2017
CULTURA	Regularizar a atividade dos artistas de rua na Cidade por meio do diálogo com agentes das secretarias municipais de Segurança, Finanças, Turismo, Procuradoria Municipal e classe artística.	2017
CULTURA	<p>Planejar e criar portal de difusão de informações culturais na internet com ênfase em festivais, programas municipais de incentivo à cultura, informações sobre inscrição em programas de incentivo públicos e privados, inscrições em festivais, e viabilizar a ampla divulgação das atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura (Secult), tais como espetáculos, cursos, capacitações e mostras.</p> <p>Também viabilizar o cadastramento e identificação da área de atuação de artistas e produtores da Cidade.</p> <p>Todo o trabalho será realizado pela Secult, com acompanhamento da Secretaria de Comunicação (Secom).</p>	2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Apresentação

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Sedurb, em sua missão de congregar, defender e assessorar os diversos atores que integram a dinâmica urbana de Santos, tem como competência fortalecer e alavancar o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

A Sedurb trata especialmente do desafio de apresentar soluções de forma dialógica para o planejamento da reestruturação territorial e produtiva do município, salvaguardando a qualidade de vida e a conservação dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais.

Para tanto, apoia-se no tripé dos desafios e potencialidades da cidade como um todo; nas estratégias e políticas de curto, médio e longo prazos de enfrentamento de problemas e potencialização das oportunidades, além de buscar suporte nos órgãos de fomento do desenvolvimento sustentável.

Prioridades

A Sedurb, entre 2018 e 2021, tem como prioridades:

- Estabelecer ações estratégicas visando o desenvolvimento infraestrutural e socioeconômico do município em harmonia com suas diferentes vertentes vocativas – porto, indústria, turismo e lazer;
- Implementar uma política urbana construída de forma participativa e integrada com a sociedade civil, especialmente por meio do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CMDU e dos demais conselhos municipais;
- Elaborar estudos, pesquisas, avaliações, diagnósticos, planos e prognósticos estratégicos nas áreas de desenvolvimento urbano e socioeconômico sustentável com inclusão social;
- Articular parcerias em estudos, pesquisas e projetos estratégicos e/ou intersetoriais de experiências de desenvolvimento urbano e socioeconômico sustentável no âmbito nacional e internacional.
- Atualizar e implementar as diretrizes do Plano de Desenvolvimento e Expansão Urbana de Santos integrada às de Zoneamento e Ocupação do Solo;
- Desenvolver e implementar novos instrumentos legais de apoio às políticas públicas expressas no Plano de Desenvolvimento e Expansão Urbana de Santos de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, a função social da terra e a qualidade ambiental;
- Aprimorar a implementação de uma política urbana com dispositivos urbanísticos que consolidem uma interface harmoniosa entre o porto, a indústria e a cidade;
- Ampliar e aprimorar a capacidade de atendimento da demanda de ações relacionadas à aprovação de planos urbanísticos e registros cartoriais com a efetiva participação da comunidade diretamente envolvida;
- Ampliar as ações do Programa Municipal de Regularização Fundiária, dando suporte à Política Municipal de Habitação, proporcionando a regularização urbanística e sustentável de loteamentos irregulares;
- Desenvolver e implementar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana integrado aos sistemas viário, cicloviário, de calçadas, de transporte público e de acessibilidade;
- Desenvolver e implementar o plano municipal de adaptações ao enfrentamento das Mudanças Climáticas Globais de modo a minimizar os desafios dos processos erosivos na região costeira e morros, além dos efeitos dos alagamentos e inundações;
- Consolidar o Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central e Histórica, com foco no desenvolvimento econômico, conservação do patrimônio histórico, habitação e tecnologia;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Incentivar a requalificação e revitalização urbana de áreas em processo de degradação com implementação de ações que recuperem a harmonia estética da paisagem urbana a exemplo da padronização do mobiliário urbano, embutimento das redes aéreas;
- Fortalecer ações voltadas à atualização e ampliação do Sistema de Informações Geográficas do Município – SIG Santos, visando o planejamento das políticas públicas, com uma base de dados cadastrais confiável e atualizada;
- Aprimorar os instrumentos de monitoramento urbano por meio da sistematização de dados e indicadores para efetivo controle e transparência do processo de desenvolvimento, com o objetivo de nortear projetos e ações urbanas de melhoria da qualidade de vida da população.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Apresentação

A Secretaria Municipal de Comunicação tem a função de auxiliar o prefeito no cumprimento do programa de metas estabelecido no Plano Plurianual de governo para a área de Comunicação Social. Também visa apoiar o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados ao desenvolvimento urbano e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável do município, com a comunicação necessária. Compreende ainda a participação de câmaras e projetos intersetoriais, da rede de colaboração governo-sociedade, e Conselhos Municipais com interface na Comunicação Social, bem como outros objetivos e tarefas solicitadas pelo chefe do Executivo. A aproximação junto aos veículos de comunicação (rádio, TV, jornal impresso, internet e redes sociais) e a elaboração do Diário Oficial são algumas das tarefas mais importantes, de forma que as mensagens da Administração cheguem até a população, seja pela prestação de serviço, esclarecimentos ou divulgação de programas. Estão envolvidos no desenvolvimento nesse processo as chefias de departamento de Marketing e Jornalismo, além das coordenadorias subdivididas em: Marketing; Jornais, Rádio e TV; Publicações Oficiais; Internet; Vídeo e Foto; Reportagem e Assessoria de Imprensa.

Desafios, deficiências e ausências

A cidadania pode ser entendida como a possibilidade de cada um e de todos conhecerem suas obrigações e usufruírem de seus direitos. E a democratização do acesso à informação é um dos pré-requisitos para o seu pleno exercício e principal desafio da comunicação da Administração Pública. Mesmo diante de um cenário econômico desfavorável, Santos conta com uma estrutura e um número razoável de veículos de imprensa instalados na cidade, que inclui cinco emissoras de televisão, rádios com programas jornalísticos, dois importantes jornais impressos com distribuição diária e dois semanais. Embora a opinião pública seja definida como um processo contínuo de troca mútua de experiências, por outro lado, deu início a um fenômeno que é a divulgação de notícias sem comprovação oficial de veracidade que vem principalmente das chamadas redes sociais, entre elas o Facebook. Se essa importante ferramenta colaborou para a democratizar a informação, também permitiu que fatos não comprovados se espalhassem pela rede e, na maioria das vezes, sem sequer ouvindo o outro lado, princípio básico do jornalismo. A situação exige um empenho máximo da Administração para fortalecer as suas plataformas de comunicação digital e oferece-las como espaço de interação dos munícipes e de esclarecimento de dúvidas, agregando valor e, definitivamente, tornando a fonte oficial e principal porta-voz do Poder Público. Nesse sentido, os conselhos municipais funcionam como aliados, pois são representantes dos diferentes segmentos da sociedade e atuam em espaço onde são discutidos assuntos de relevância e que trazem impactos para a população santista. No entanto, parte dos

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

conselheiros alegam que suas plataformas digitais estão ultrapassadas, desatualizadas. Dessa forma, impossibilita uma atuação mais forte e que consiga alcançar parte significativa do público para inseri-lo no debate de ideias e mudanças para a comunidade. O portal dos conselhos é uma das principais queixas desses grupos, que segundo informaram não tem atratividade. Mesmo com conteúdo de normas e resoluções importantes para a cidade, a plataforma tem baixo número de acessos diários. O contingenciamento ocasionado pela crise que assola o país é outro fator que exige a criatividade da equipe de comunicação e, conseqüentemente, a ampliação do uso das mídias digitais como ferramenta colaborativa e de informação. Dentre as utilizações dos recursos destacam-se as campanhas institucionais da Administração, como combate à proliferação da Dengue, a vacinação, esclarecimentos sobre funcionamento dos equipamentos públicos. Também a realização de comunicação direta para o estímulo à ampliação de receitas do município, como o refinanciamento de débitos inscritos na dívida ativa, orçamento participativo e outros exemplos. Para o melhor aproveitamento dessas ferramentas e utilizá-las com inteligência é preciso elaborar um plano estratégico com o objetivo de unir todas as formas de comunicação disponíveis e seus atores, melhorando com qualidade e transparência a comunicação, diminuindo ou eliminando ruídos entre o Poder Público e a população.

Demandas e oportunidades

O fortalecimento e ampliação das plataformas digitais da Prefeitura é uma ação a ser priorizada pela Secretaria Municipal de Comunicação. Manter o diálogo nas redes sociais quanto às demandas de interesse público de competência da Prefeitura também compõem as ações estratégicas. Esse planejamento faz parte de um projeto maior que visa democratizar o acesso à informação e aprimorar os canais de comunicação entre Prefeitura de Santos e população, de forma interativa e dialógica. Como meta para os próximos anos, a secretaria dará continuidade à divulgação dos serviços prestados pela Administração, por meio da imprensa e das redes sociais, assegurando a transparência das informações de interesse do cidadão. Demanda recorrente, a reformulação do portal dos conselhos será priorizada pela Secom. O portal conta com um acervo de normas, resoluções, atas de assembleias e de reuniões realizadas, material rico em informações que serve de subsídio para a melhoria e criação de políticas públicas. Com um visual mais moderno e interativo, poderá ampliar o número de acessos do cidadão e melhorar a transparência pública. Essas ações complementadas pelo atendimento e interlocução com os profissionais de imprensa, mantendo-os informados sobre as ações realizadas pelo poder público nas mais diversas secretarias e autarquias ligadas à Prefeitura, promoverá a ampliação dos serviços, com o apoio das secretarias na divulgação de iniciativas de interesse público e na elaboração de campanhas institucionais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

A Secretaria de Meio Ambiente (Semam) tem como objetivo a proteção do meio ambiente urbano e natural, por meio da elaboração e realização de políticas públicas para o setor.

Atua também na fiscalização ambiental, participa de audiências públicas e reuniões de articulação entre setores da sociedade civil, órgãos ambientais e população.

Supervisiona o licenciamento ambiental e a execução de projetos onde se faz necessária a proteção dos recursos naturais.

Entre os desafios e oportunidades, podemos citar:

- Desenvolver programas e ações permanentes de controle, fiscalização, consumo sustentável e conscientização ambiental para sensibilidade e mudança de atitude da população.
- Garantir a conservação, proteção e preservação da biodiversidade aliados ao desenvolvimento sustentável.

ANEXO VI DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Promover e fiscalizar a posse responsável e o bem-estar animal. Incentivar o registro geral de animais (RGA) ampliando o programa de controle populacional de animais domésticos (cães e gatos) no município de Santos;
- Ampliar o programa de coleta seletiva e reduzir a quantidade de rejeitos promovendo destinação final ambiental adequada.
- Assegurar ações de controle e gerenciamento dos resíduos, ampliar o programa de coleta seletiva e reduzir a quantidade de rejeitos promovendo destinação final ambiental adequada.

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Apresentação:

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) é o órgão encarregado da representação judicial e extrajudicial do Município de Santos e da consultoria jurídica da Administração Direta, bem como é responsável pela inscrição e cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

No âmbito administrativo, a PGM atua nas ações e projetos de todas as Secretarias, obrigatoriamente nos casos previstos em lei.

No âmbito judicial, a PGM propõe ações no interesse do Município e o defende nas contrárias, acompanhando os processos até o final, incluindo o controle de pagamento de condenações.

Dentre as suas atribuições, a PGM impulsiona a cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa e analisa os pedidos de parcelamento por meio da Procuradoria Fiscal (PROFISC).

Além disso, a Procuradoria Patrimonial e Trabalhista (PROTRAB) atua nas questões trabalhistas e patrimoniais e no registro de documentos junto aos cartórios.

Por fim, a Procuradoria Judicial (PROJUR) efetua a análise dos contratos a serem firmados pelas Secretarias e demais órgãos do Município de Santos.

Atualmente são desenvolvidos procedimentos internos como objetivo de tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e judiciais.

Desafios, deficiências e ausências:

Os problemas identificados pela PGM, apesar das melhorias obtidas, ainda se relacionam com a deficiência da infraestrutura física e operacional e insuficiência de recursos humanos e suporte técnico para o desempenho de suas atividades rotineiras.

- quadro de pessoal defasado;
- necessidade de reforma do edifício da Procuradoria Fiscal;
- orçamento destinado à nomeação de Assistente Técnico do Município nas perícias judiciais;
- aperfeiçoamento na gestão da Dívida Ativa e judicialização dos processos de execução fiscal;
- digitalização de processos judiciais passivos e aperfeiçoamento no acesso e expansão ao Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- acesso aos processos digitais pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho.

Demandas e Oportunidades:

Com vistas ao aprimoramento dos serviços, a PGM busca racionalização do serviço e investimentos na sua estrutura e aparelhamento, mobiliário, reforma das instalações físicas e recomposição dos quadros funcionais.

- Aumento no quadro de pessoal (administrativo e técnico):

Ação: Abertura de concurso para o cargo de Procurador (PA nº 83.820/2016-79).

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Reforma no edifício da Procuradoria Fiscal:

Ação: Tratado através do PA nº 31.710/2014-04, verba proveniente do PMAT/BNDES.

- Orçamento para nomeação de Assistente Técnico nas perícias judiciais:

Ação: destinação de verba orçamentária para designação de Assistente Técnico para acompanhar as perícias judiciais, assegurando apoio especializado indispensável ao êxito em determinadas ações.

- Aperfeiçoamento na gestão da Dívida Ativa e judicialização dos processos de execução fiscal:

Ação: Convênio firmado com os 3 Cartórios de Registro de Imóveis de Santos visando a atualização cadastral da base imobiliária (PA nº 16.494/2013-04) e necessidade de reestruturação da Coordenadoria de Execuções Fiscais para um melhor controle da evolução e do desempenho da cobrança, inclusive, com criação de incentivos aos servidores para incremento da arrecadação.

- Digitalização de processos judiciais passivos e aperfeiçoamento no acesso e expansão ao Sistema de Automação da Justiça (e-SAJ) do Tribunal de Justiça de São Paulo:

Ação: O processo está em curso junto ao contrato de prestação de serviços da PGM com a empresa SOFTPLAN (PA nº 58.834/2014-10) para implantação do processo eletrônico no âmbito da execução fiscal e do contencioso judicial, além disso, tem-se a necessidade de digitalização do acervo das pastas de acompanhamento de ações judiciais, de modo a permitir o acesso eletrônico do material.

- Acesso aos processos digitais pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho:

Ação: a ser desenvolvida, nos moldes do contrato de prestação de serviços da PGM com a empresa SOFTPLAN.

OUVIDORIA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Apresentação:

Estabelecer um canal de comunicação direta entre os cidadãos e o poder público municipal para receber e processar solicitações de serviços, sugestões, elogios bem como denúncias, reclamações sobre fatos pertinentes à Administração Municipal. Supervisionar os órgãos que compõe o Sistema de Controle Interno, com a edição de normas e procedimento para o aprimoramento do controle e transparência pública. Instaurar processos administrativos de natureza disciplinar e outras medidas destinadas à apuração de faltas ou irregularidades cometidas por servidores públicos.

Desafios, deficiências e ausências:

Ampliar o nível de eficiência e agilidade dos resultados das demandas registradas e aprimorar o controle interno dos procedimentos administrativos.

Demandas e Oportunidades:

Implementar novas ferramentas tecnológicas para maior eficiência no fluxo das ocorrências e efetividade das demandas registradas. Capacitar gestores municipais para a realização de mediação de conflitos gerados a partir de solicitações não atendidas pelo poder público municipal. Incentivar a participação cidadã nas políticas públicas e no controle social dos atos governamentais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CIDADANIA

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Apresentação:

A finalidade da secretaria é elaborar planos, programas e projetos voltados à promoção dos direitos da cidadania da criança, do adolescente, do jovem, do idoso, da mulher e da pessoa com deficiência. Entre suas funções está a de formula a Política Municipal de Direitos Humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos, articulando iniciativa e projetos correlatos. Tem ainda a missão de articular ações e dar suporte administrativo aos conselhos de direito e conselho tutelar, respondendo ainda pela interação entre poder executivo e legislativo, através do departamento de assuntos legislativos. Também cabe à secretaria promover a igualdade racial e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, além de coordenar os serviços de assistência judiciária gratuita e de defesa do consumidor.

Desafios, deficiências e ausências:

Promover a acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência, difundir conceitos e programas que visem promover a igualdade de gênero e combate à discriminação racial.

Com a limitação de recursos a secretaria tem apresentado fórmulas criativas para desenvolver seu mister, porém face a demanda cada vez maior, encontramos barreiras para ampliarmos nossas ações intersetoriais de Cidadania.

Os programas Santos Acessível, Praia Acessível, por certo poderiam ser ampliados com maior fluxo financeiro, porém temos buscado através de parcerias o fomento para estas ações. A política de tratamento ao agressor surge como importante desafio no combate à violência doméstica, atualmente tal política ainda está ausente em nosso município, esta demanda necessita de investimento em recursos humanos e parcerias que no momento não são viáveis frente a baixa de arrecadação.

O Espaço do Idoso atingiu seu limite de atendimento, sendo real a demanda por equipamento similar em outras regiões da cidade, promovendo assim maior alcance das políticas desenvolvidas a essa faixa populacional, porém, além da disponibilização de espaço o atendimento requer ampla equipe de profissionais para cumprir seu papel. A Escola da Cidadania, projeto de ampla abrangência será um importante instrumento de conscientização e formação humana e atualmente está em fase de estudos pela equipe.

Demandas e Oportunidades:

Para obter resultados positivos estamos dedicando especial atenção para viabilizar a obtenção de recursos externos para a execução dos programas e projetos da secretaria, pretendemos lançar editais de chamamento, para viabilizar aporte de recurso privado nas nossas ações, bem como, inscrever programas e projetos em editais como o FID (Fundo de interesse Difuso) da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente vinculado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente - CONDECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Apresentação:

A Secretaria Municipal de Segurança tem como competência o auxílio ao Prefeito no cumprimento do programa de metas estabelecido no Plano Plurianual de governo para o setor de

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Segurança Pública e na formulação democrática e implantação da Política Municipal de Segurança Pública, Política Municipal de Defesa Civil e Proteção dos Próprios Municipais.

Dirigir o processo de elaboração, aprimoramento e implantação de planos, programas, projetos e legislação voltados à Segurança Pública, priorizando a capacitação dos funcionários, os esclarecimentos aos usuários através de ações preventivas e educacionais;

Participa de câmaras e projetos Intersetoriais, e da consolidação da rede de colaboração governo-sociedade, com interface em Segurança Pública;

Desenvolve também outras tarefas correlatas, a critério do Prefeito Municipal.

Desafios, deficiências e ausências:

Embora a SESEG não possua o comandamento das Polícias Civil e Militar, a sociedade cobra do município, ações relativas às Polícias.

Evidentemente a SESEG desempenha importante papel de fomentadora de ações tipo Força-Tarefa congregando Polícias, GCM e outras ações de fiscalização, executando operações de medidas primárias de segurança.

Há deficiência de número de efetivo para atender às demandas de vigilância patrimonial e de serviços executados pela Prefeitura Municipal de Santos, além de crescente necessidade de execução de vigilância em logradouros públicos.

Estamos priorizando o aperfeiçoamento profissional dos componentes da Guarda Civil Municipal, visando a melhoria da qualidade dos serviços, bem como, ampliar as ações de fiscalização na cidade.

Parte do efetivo passará a portar arma de fogo para autoproteção, o que irá proporcionar maior ação de presença da GCM na proteção dos próprios municipais e ao cidadão.

Demandas e Oportunidades:

Buscando colaborar com os órgãos policiais, visando ações que busquem minimizar a violência e a incidência criminal, proporcionando maior segurança aos munícipes e turistas em nossa cidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS PORTUÁRIOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Apresentação:

A Secretaria de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio tem como objetivos principais atuar como canal de fomento, incentivo e participação da comunidade santista nos assuntos relacionados às suas áreas de atuação, por meio da realização de eventos institucionais, técnicos, turístico-culturais e esportivos; incremento da empregabilidade dos cidadãos e atração de empreendimentos sustentáveis, que ampliem e dinamizem a economia da cidade.

As atividades citadas também incluem a realização de estudos da cadeia logística do Porto de Santos, tendo como objetivo identificar eventuais lacunas tributárias; a análise de processos relativos a atividades no setor portuário no âmbito da Câmara Intersetorial de Desenvolvimento Econômico com Suporte nas Atividades Portuárias e Marítimas, agregando os setores de indústria e comércio; e fomento de programas de qualificação e requalificação de mão de obra, inovação tecnológica e empreendedorismo.

Desafios, deficiências e ausências:

Descrição das principais situações-problemas existentes na sociedade, relacionados ao setor de atuação do órgão e que serão objeto de intervenção ao longo do Plano Plurianual.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

As atividades portuárias e correlatas representam a principal fonte de arrecadação do município de Santos. Embora a diversificação econômica seja importante para reduzir essa dependência, o Porto de Santos manterá seu protagonismo. Nesse contexto, a relação cidade-porto deve ser aprimorada, de forma a assegurar a convivência harmônica entre ambos, o que inclui a solução de conflitos urbano-portuários. Dentre os mais relevantes, merecem destaque: a operação de graneis sólidos na região do Corredor de Exportação, na Ponta da Praia; a degradação da área portuária desativada na região do Valongo, com impactos significativos na área central de Santos; e as perspectivas de aumento da circulação de caminhões que acessarão o Porto de Santos, segundo projeções de movimentação de carga, sobretudo de graneis agroalimentares.

O elevado adensamento populacional na área insular do município, aliado à demanda por aumento de produtividade e expansão das atividades portuárias, e à falta de áreas disponíveis na ilha é outro fator gerador de conflitos, sendo que parte da população santista encara o porto como um problema e não como parte de sua identidade cidadina.

Existem áreas disponíveis para implantação de atividades econômicas na área continental de Santos. No entanto, esses espaços têm acessibilidade limitada, além de sua utilização demandar licenciamento ambiental, e obras de infraestrutura inerentes ao tipo de empreendimento a ser implantado. Fato é que a Prefeitura não arrecada nenhum tributo nessas áreas, cujos proprietários recolhem apenas Imposto Territorial Rural (ITR), ao erário federal.

A solução desses conflitos também é significativamente afetada em função do Porto de Santos ser federal. A Lei nº 12.815/2013, que centralizou as decisões do sistema portuário brasileiro em Brasília, contribui ainda mais para dificultar o indispensável diálogo e ação conjunta.

Outro fator relevante é que Santos, com sua grande concentração de instituições de ensino superior, forma anualmente milhares de profissionais, em várias áreas, que não encontram mercado de trabalho para exercerem suas competências, sobretudo no âmbito industrial, incipiente no município. E mesmo no âmbito técnico, o advento de novas tecnologias e processos implica na necessidade de qualificação, requalificação de constante aprimoramento da mão de obra.

Embora não seja área específica da SAPIC, a questão do turismo também merece atenção, posto que a atual localização do terminal de cruzeiros é inadequada, prejudicando as operações portuárias, sem oferecer atrativos aos visitantes, com acessibilidade e logística deficientes, além de ficar ocioso vários meses ao ano, desperdiçando um espaço que, em local mais adequado, poderia abrigar eventos.

Em suma, a cidade precisa diversificar sua economia, atraindo novas atividades e investimentos; qualificar sua mão de obra e harmonizar a relação cidade-porto, de forma assegurar seu crescimento sustentável, aprimorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Demandas e Oportunidades:

Descrição das principais diretrizes e ações de enfrentamento previstas para as situações-problemas identificadas.

A ocupação da área continental é ponto-chave para a diversificação e expansão da atividade econômica do município. Existem mais de mil hectares de áreas destinadas a atividades portuárias e retroportuárias, nas ZPRs, além de outras, que consideram a instalação de empreendimentos ligados à tecnologia.

Essas áreas têm potencial para a instalação de condomínios logísticos e industriais de baixo impacto ambiental e alto valor agregado; estaleiro de manutenção de embarcações – uma deficiência crônica do Porto de Santos – além de empreendimentos correlatos.

A implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), dispositivo ainda raro no Brasil, seria uma opção interessante. A SAPIC vem fazendo gestões junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para obter autorização para aprofundar esses estudos. Caso haja viabilidade técnica, econômica e ambiental para sua implantação, a criação de

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

incentivos fiscais adequados seria um atrativo para investidores. A proximidade do porto seria outro fator favorável, determinante.

Quanto à área do Programa Porto Valongo Santos, um dos principais conflitos cidade-porto, a execução do “mergulhão” ainda não foi equacionada, em função dos altos custos envolvidos. Porém, a continuidade do atual cenário de degradação da área entre os armazéns 1 e 8 é inaceitável. Assim, é premente que sejam retomadas as tratativas para a reurbanização da área, mesmo que não sejam atendidas todas as premissas estabelecidas pelo estudo de viabilidade realizado pela empresa ARUP. A transferência do terminal de cruzeiros para o local continua sendo uma opção interessante ponto de vista logístico como do turístico.

A retomada do caráter deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária de Santos é outra proposta a ser perseguida.

Também existem áreas ociosas na área central de Santos, que podem muito bem abrigar atividades econômicas.

Como já mencionado, o potencial de expansão das atividades portuárias, retroportuárias, industriais e correlatas existe e é significativo. Essas atividades também demandam serviços, geram empregos especializados. O turismo também tende a ser beneficiado, de lazer ou empresarial.

O sucesso nessas ações representará desenvolvimento sustentável para Santos e região, melhorando ainda mais a qualidade de vida de seus habitantes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Apresentação:

A Secretaria de Serviços Públicos tem por objetivo desenvolver e implantar a política municipal de serviços públicos, aprimorando e executando serviços de manutenção preventiva e corretiva no município, incluindo o sistema viário, logradouros e edifícios públicos, bem como o gerenciamento dos serviços de coleta de lixo, pavimentação, redes de drenagem, poda de árvores, água, esgoto, energia elétrica e telefonia.

Desafios, deficiências e ausências:

Desenvolvimento e implementação de projetos e estratégias visando à otimização da manutenção preventiva e corretiva (Zeladoria);

Conscientização dos funcionários a fim de garantir a utilização dos recursos disponíveis, assegurando uma melhor produtividade, agilidade e qualidade nos serviços;

Demandas e Oportunidades:

Incrementar os serviços de zeladoria principalmente nas vias e logradouros públicos;

Viabilizar Plano de Manutenção com equipe especializada para execução de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em equipamentos de alta complexidade (hospitais, centro culturais, ginásio de esportes etc), que exijam mão de obra diferenciada para cada tipo de equipamento público;

Realizar obras de acessibilidade em logradouros, de acordo com NBR 9050;

Incrementar os serviços de limpeza do sistema de drenagem de águas pluviais e desassoreamento dos canais, mediante limpeza manual e mecanizada de redes e ramais de drenagem, caixas de sôpe dos morros, caixas de areia, bocas de lobo, canais, com a realização de desassoreamento, quando necessário, em convênio com a Sabesp;

Execução de obras com ações preventivas em obras de drenagem e contenção de encostas nos Morros de acordo com o PPDC (Plano Preventivo de Defesa Civil) do Estado e Defesa Civil do Município;

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Criação do Plano Diretor de Iluminação Pública, com a inclusão da padronização do sistema de iluminação;

Implantar o sistema de gestão de manutenção em iluminação Pública, controle e gerenciamento, com melhorias no controle de qualidade, reordenação luminotécnica e valorização dos monumentos da cidade;

Viabilizar projeto para construção de fábrica de artefatos de cimento pré-moldados (blocos, guias, lajes, gralhas, tampas etc), com a utilização de Resíduos Sólidos de Construção Civil;

FUNDAÇÃO PRÓ-ESPORTE DE SANTOS

Apresentação:

A Fundação Pró-Esporte de Santos tem como objetivo fomentar o esporte de alto rendimento da cidade, viabilizando a política municipal de esportes de competição, em todos os níveis de modalidades obedecendo as diretrizes da Secretaria Municipal de Esportes, assistindo as equipes que representam a cidade em competições oficiais e provendo suas necessidades

Desafios, deficiências e ausências:

Diante da atual situação econômica, encontramos sérias dificuldades na captação de recursos externos para promover as necessidades das equipes de diversas modalidades subsidiadas por esta Fundação,

Demandas e Oportunidades:

Desenvolver projetos para captação de recursos através de programas de incentivo dos governos Municipal, Estadual e Federal

FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS

Apresentação

A Fundação Arquivo e Memória de Santos (Fams), criada em 15 de dezembro de 1995, pela Lei Complementar Municipal nº 196, é uma instituição que trabalha no apoio à administração municipal no que se refere ao gerenciamento dos arquivos públicos processados pela Prefeitura de Santos, além da memória documental e iconográfica da cidade, garantindo sua salvaguarda, preservação e disseminação.

Desafios, deficiências e ausências

A Fundação Arquivo e Memória de Santos atende diretamente os munícipes quando da necessidade dos mesmos na obtenção de processos administrativos relacionados a diversas finalidades, tais como aprovação de obras, obtenção de alvarás, solicitação de serviços públicos, entre outros, assim como a própria administração, no que tange à guarda de processos licitatórios, pagamento e liquidação de compras, entre outros diversos procedimentos de ordem administrativa, incluindo tramitação de recursos humanos. Hoje, a Fams apresenta dificuldades no que se refere aos **espaços dos arquivos** (os dois prédios - arquivo intermediário e permanente - são alugados) e ao baixo número de colaboradores (em razão das dispensas realizadas em 2016). Outra necessidade latente é o acompanhamento do ritmo de evolução do sistema de processos administrativos que, desde meados de 2016, são produzidos, em grande parte, apenas no suporte digital, também chamado de nato digital.

ANEXO VI DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Outro grande desafio a ser cumprido no prazo do Plano Plurianual de Atividades (PPA) 2017-2020, é buscar soluções alternativas para o restauro dos **dois bens tombados** sob a guarda da Fundação Arquivo e Memória de Santos: o **Outeiro de Santa Catarina** e a **Casa da Frontaria Azulejada**.

Demandas e Oportunidades

Em relação à questão dos espaços, o grande desafio é viabilizar a **construção de uma edificação própria e planejada** que possa abrigar os acervos documentais, já prevendo o crescimento do mesmo nos próximos dez anos. Em relação ao **RH**, uma das saídas é o **investimento no setor de digitalização**, cuja ação permitirá a diminuição dos trâmites de processos físicos. Com esses dois procedimentos, a qualidade de atendimento se elevará no sistema de arquivos.

Em relação ao restauro dos dois bens históricos edificados sob a guarda da Fundação Arquivo e Memória de Santos, a meta é consolidar os projetos de restauro e destino de ocupação para ambos os edifícios, em conjunto com a administração municipal.

CAPEP-SAÚDE

Em conformidade com o Decreto nº 7.657 de 19 de Janeiro de 2017, apresentamos o diagnóstico da CAPEP-SAÚDE:

Situação Atual:

Com relação às metas de arrecadação de receita estamos aquém do previsto, tendo em vista atrasos nos repasses oriundos da Prefeitura, principalmente no que diz respeito ao repasse referente à contribuição patronal dos Inativos.

Estamos desenvolvendo trabalho para a redução das despesas administrativas através da renegociação de contratos, conscientização do uso do material de expediente e da diminuição da equipe de apoio (estagiários e menor aprendiz). Além disso, no que diz respeito à nossa atividade principal, foi proposto a reavaliação dos valores acordados com a rede credenciada e definição de novos critérios para autorização de atendimentos.

O Departamento Administrativo e Financeiro está fazendo o acompanhamento mensal do orçamento, objetivando identificar quais as despesas que mais impactam e propor ações de controle.

Perspectivas de Ações:

Para os próximos anos de governo, a CAPEP-SAÚDE tem o objetivo de aperfeiçoar o atendimento ao mutuário dentro da autarquia e em sua rede credenciadas, através das seguintes ações:

- Elaboração do Edital de Chamamento para estabelecimento de rede credenciada compatível com as necessidades da carteira e com as exigências da autarquia.
- Equiparação dos níveis de vencimentos dos Enfermeiros e Médicos com os estabelecidos na Prefeitura.
- Criação de Plano de Cargos, Carreira e Salários para a autarquia, contemplando os direitos já estabelecidos pelo PCCS em vigor na Prefeitura.
- Criação de ambulatórios na autarquia para o acompanhamento de doentes crônicos e morbidades específicas.

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

- Elaboração da legislação e ampliação dos serviços oferecidos pela Casa do Servidor com a implementação de novas atividades e capacitações.
- Implementação do programa preventivo “Capep-Saúde em Sua Casa” para atender aos servidores e dependentes.
- Instalação de plataforma elevatória para maior acessibilidade dos mutuários à todas as dependências da autarquia.
- Implementar novo modelo de autorizações para exames e procedimentos cirúrgicos diretamente na rede credenciada.
- Aquisição de novos mobiliários para o setor de atendimento ao mutuário a fim de proporcionar maior conforto e agilidade no atendimento.
- Instalação de equipamentos de ar condicionado na Casa do Servidor.
- Elaboração de nova legislação para a CAPEP-SAÚDE com o objetivo de redefinir regras de contribuição dos servidores e seus dependentes, bem como critérios de carência e utilização e readequação do quadro de pessoal.
- Aperfeiçoamento do Portal da Transparência bem como do site da autarquia.
- Criação da Tabela de Temporalidade para descarte dos documentos, bem como redimensionamento do arquivo e/ou digitalização dos documentos.
- Criação e implantação de manuais de procedimentos para todas as seções, departamentos e assessorias.
- Implementação do programa de Participação Direta nos Resultados na autarquia, com o objetivo de atingir melhores resultados e motivar os servidores.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DE SANTOS

Apresentação:

A Fundação Parque Tecnológico de Santos - FPTS é uma entidade pública dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, cuja instituição foi autorizada pela Lei Complementar Municipal 736 de 07 de outubro de 2011.

A FPTS foi instituída com os seguintes objetivos:

- fomentar o desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social por meio da inovação aplicada à economia e à educação destinadas à comunidade, fortalecendo a imagem do Município de Santos como Cidade da Tecnologia e do Conhecimento;
- Gerenciar o Parque Tecnológico de Santos, com os respectivos planos, programas, projetos e ações;
- Atuar como Agência de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Competitividade, inclusive para formação e ensino;
- atuar como instituição de pesquisa e desenvolvimento;
- realizar atividades especializadas relativas ao desenvolvimento tecnológico, científico e de inovação vinculado ao Parque Tecnológico de Santos, especialmente na forma de programas tecnológicos ou projetos, envolvendo pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, protótipos, unidades-piloto, inovação de produtos e processos tecnológicos;
- Administrar núcleos e de centros de pesquisa;
- Credenciar, junto ao Parque Tecnológico de Santos, as instituições e empresas que realizem atividades vinculadas à inovação, pesquisa e desenvolvimento;
- Organizar, promover, apoiar e participar de cursos, feiras, seminários, conferências, eventos, palestras e atividades correlatas, relacionados aos seus objetivos.

As ações para o atendimento dos objetivos acima são conduzidas em conjunto com vários atores parceiros como universidades públicas e privadas, SEBRAE, governos Municipal Estadual e Federal, agências de fomento, rede Municipal e Estadual dos ensinos fundamental e médio, empreendedores dos diversos setores da economia

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

Desafios, deficiências e ausências:

Dentre as deficiências existentes destaca-se a escassez de empreendedores inovadores e, conseqüentemente, a dificuldade em gerar novos negócios e postos de trabalho intensivos em conhecimento, pesquisa e tecnologia, que são os mais adequados ao contexto da Baixada Santista. Fatores estruturais e conjunturais contribuem para essa deficiência. Destaca-se como fator estrutural, a falta de um espaço físico adequado ao incentivo de geração de novas ideias e um núcleo regional capaz de aglutinar empreendedores de vários segmentos, formando redes de relacionamento empresarial interdependentes, autossustentáveis, capazes fomentar, constantemente, novos projetos que levem à consolidação de novos empreendimentos.

Conjuntamente, um dos fatores que contribuem para a deficiência de empreendedores é a cultura do cidadão de que o sucesso profissional está ligado à conquista de um emprego que garanta a estabilidade no trabalho até a aposentadoria. Essa lógica da busca da estabilidade acima de tudo precisa ser alterada para que as novas gerações, que chegam ao mercado de trabalho, se orientem por novos valores em que a tecnologia e os desejos de inovar, ousar e empreender sejam opções concretas capazes de oferecer aos cidadãos alternativa ao trabalho assalariado.

Demandas e Oportunidades:

Para fazer frente aos problemas acima identificados e atingir os objetivos para os quais foi criada, a FPTS tem como diretriz o desenvolvimento de ações de apoio e fomento ao empreendedorismo, que são conduzidas em conjunto com os atores parceiros. Dentre essas ações destaca-se:

- **A construção do Núcleo do Parque Tecnológico de Santos**, já em andamento: prédio com 7.500 m² projetado para abrigar espaços para coworking, startups, laboratórios, incubadora de empresas, agências de fomento e postos avançados das universidades. Esse espaço será o núcleo da criação de um ecossistema de empreendedores que terá potencial de extrapolar suas fronteiras, transformando economicamente e socialmente o seu entorno;

- **A implantação de Laboratório de Logística, Mobilidade Urbana e Implicações Ambientais – LOG MOB**: laboratório multiusuário, cuja implantação deverá ser concluída até o primeiro semestre de 2017, contendo recursos avançados de computação necessários ao desenvolvimento de projetos de interesse regional para melhoria da mobilidade urbana, eficiência de processos e qualidade ambiental da Baixada Santista;

- **Incubadora de Empresas**: já em funcionamento no 4º andar da UME Colégio Santista, a Incubadora de Empresas do Parque Tecnológico de Santos oferece espaço para a incubação de até dez projetos.

Essa iniciativa oferece suporte ao empreendedor, possibilitando que o seu empreendimento tenha mais chances de ser bem sucedido. Além de condições favoráveis de infraestrutura e capacitação dos empreendedores, as empresas – pelo fato de estarem em um espaço onde há outros empreendimentos inovadores do mesmo porte – contam com inúmeras conexões, que favorecem o crescimento do negócio e o acesso ao mercado.

No caso das empresas de base tecnológica, os empreendedores têm, ainda, oportunidade de acesso a universidades e instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, com as quais a incubadora mantém vínculo. Isso ajuda a reduzir custos e riscos do processo de inovação, pois permite o acesso a laboratórios e equipamentos que exigiriam investimento elevado.

- **Implantação de Complexo Educacional de Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação**: Iniciativa que deve ser concluída no primeiro semestre de 2017. Será um complexo educacional integrado de fomento à inovação, tecnologia e cultura empreendedora, no Parque Tecnológico de Santos, voltado à formação de jovens desde a educação infantil, de modo despertar e desenvolver as competências essenciais necessárias à potencialização da capacidade empreendedora e de inovação tecnológica, através de implementação de laboratórios de educação tecnológica e empreendedorismo com atividades ligadas à robótica, internet de todas as coisas, programação

ANEXO VI

DIAGNÓSTICO CIRCUNSTANCIADO POR ORGÃOS DE GOVERNO

scratch, educação financeira, empreendedorismo primeiros passos e jogos de empreendedorismo RPG.

O objetivo é transformar Santos em uma cidade referência em empreendedorismo, através da educação dos cidadãos desde o ensino fundamental em um ambiente específico de educação empreendedora capaz de despertar e realizar projetos bem sucedidos, gerando emprego, renda, novos negócios e oportunidades. Serão formados jovens capazes de serem agentes de mudança no ambiente em que vivem, incentivados e preparados para pensar de maneira inovadora, capazes de identificar oportunidades e, não apenas terem capacidade de implementar seus próprios negócios com a possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho, mas também serem empreendedores públicos que podem gerar mudanças políticas e viabilizar projetos transformadores, empreendedores sociais que transformam comunidades e geram valores e empreendedores acadêmicos que geram tecnologia de impacto.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS - IPREVSANTOS

Apresentação:

O IPREVSANTOS foi instituído pela Lei Complementar Municipal nº 592, de 28 de dezembro de 2006, na forma de Autarquia Pública Municipal, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o custeio de pagamentos dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Tem por missão garantir aos servidores públicos municipais de Santos e seus dependentes o direito à previdência, amparando-os nos casos de idade avançada, invalidez e morte, de forma eficiente, sustentável e equilibrada do ponto de vista econômico, financeiro e atuarial, contribuindo com a higidez fiscal do Município.

Desafios, deficiências e ausências:

A administração de um Regime Próprio de Previdência Social é um grande desafio, tendo em vista a necessidade de se equacionar o passivo atuarial, fruto do período anterior às reformas da previdência.

Além disso, o País atravessa uma profunda crise política, econômica e financeira, cujos efeitos impactam diretamente nos Municípios, de forma a aumentar as dificuldades no gerenciamento de um Instituto de Previdência.

Demandas e Oportunidades:

O IPREVSANTOS dará prioridade à gestão de ativos e passivos, com vistas à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime, e à modernização da gestão.

Buscará, ainda, a adequada estruturação do Instituto, pautando-se em três pilares, quais sejam, controle interno, governança corporativa e educação previdenciária, objetivando:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos;
- b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores;
- c) Incremento da produtividade;
- d) Redução de custos e do retrabalho;
- e) Transparência e facilidade de acesso à informação;
- f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização;
- g) Reconhecimento na área de atuação;
- h) Excelência na prestação de serviços aos segurados, beneficiários e seus dependentes;